

CEDI - P. I. B.
DATA 05 06 86
COD. XC D 14

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS XIKRIN
DO P.I. KATETÉ - Julho de 1982
RECOMENDAÇÕES INICIAIS FRENTE AO PROJETO CARAJÁS

LUX VIDAL

Antropóloga

Universidade de São Paulo

Í N D I C E

	Página
OBJETIVO	1
CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO LEVANTAMENTO	2
FICHA RESUMO	4
PARTE I	
A) BREVE HISTÓRICO DO GRUPO	6
B) DADOS DEMOGRÁFICOS	10
C) MODO DE VIDA	13
D) ASSISTÊNCIA DA FUNAI	24
OS PROJETOS ATUAIS PARA O P.I.KATETE	31
HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA NO CATETE	35
PARTE II	
A) A QUESTÃO DA TERRA	39
B) PROJETOS FUTUROS	60
PARTE III	
CONSIDERAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES	65
ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO A SER SOLICITADO AO PROF.CARLOS FREDERICO MARÊS DE SOUZA, PROCURADOR DO ESTADO DO PARANÁ E ASSESSOR JURÍDICO DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO	70
BIBLIOGRAFIA	71

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS XIKRIN
DO P.I. KATETÉ - Julho de 1982

OBJETIVO

O financiamento concedido pelo Banco Mundial para o Projeto Ferro-Carajás, a cargo da Companhia Vale do Rio Doce, está sujeito a certas exigências com relação às áreas indígenas afetadas pelo Projeto. O Banco Mundial recomenda expressamente a demarcação e garantia das terras indígenas. Outrossim, estão sendo liberados recursos para um "Projeto Especial de Apoio às Comunidades Indígenas" localizadas na área do Projeto. A duração do Projeto de Apoio é de 5 (cinco) anos com uma parcela específica da verba para cada Posto Indígena.

Em janeiro de 1982 a FUNAI apresenta um Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas, com uma listagem genérica de alocação dos recursos.

Em 7 de junho de 1982, sob recomendação da Associação Brasileira de Antropologia foi contratada pela Companhia Vale do Rio Doce, para serviços de consultoria na área de antropologia relativamente à Reserva Indígena dos Kayapó-Xikrin do P.I. Katetê, município de Marabá, Estado de Pará.

O presente relatório visa a configurar as principais diretrizes que, ao nosso ver, devem ser consideradas para a preparação de um projeto a ser implantado na reserva indígena supra-citada.

O relatório divide-se em 3 partes:

1. Um breve histórico do grupo, o seu modo de vida e os padrões tradicionais de ocupação territorial. As mudanças ocorridas com o contato. Os projetos comunitários desenvolvidos pelos índios. O Posto da FUNAI e os projetos econômicos da FUNAI com a colaboração indígena.

2. A questão da terra - A Reserva: descrição dos limites e caracterização das áreas adjacentes a reserva. O problema das invasões e de preservação ecológica. Projetos futuros.

3. Considerações gerais e recomendações.

Gráficos - Tabelas e Mapas

Roteiro para elaboração de parecer jurídico, a ser solicitado ao Professor Carlos Frederico Marês de Souza Filho, Assessor Jurídico para Assuntos Indígenas da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO LEVANTAMENTO

08/06/82 a 28/06/82 levantamento dos dados disponíveis. Dia 28/06/82 entrevista com o chefe da Ajudância de Marabá. Permanência na aldeia Xikrin, de 29/06/82 a 23/07/82. Do dia 04/07/82 a 06/07/82, viagem de 80 Km, pela mata, até o lugar denominado Kamkrokrō, localização escolhida pelos índios para a construção da nova aldeia. A viagem foi feita em companhia do Responsável pelo Posto, Roberto Lima Costa e da família do índio Bep.Kretui. Dia 07/07/82, sobrevôo dos limites da Reserva Indígena em helicóptero da DOCIGEO. Visita ao acampamento

do Salobo (3 Alpha). Visita ao Posto de Vigilância do P.I. Katteté, no limite sul da Reserva. Sobrevôo da área desmatada dentro da Reserva Indígena pela fazenda Grã-Reata da Pau d'Arco, acompanhada pelo agrônomo da Companhia Vale do Rio Doce, Sr. Raimundo Cruz Gomes.

Dia 23/07/82, entrevista em Belém, com o Delegado Regional da FUNAI, Paulo Cēzar de Abreu e com o geólogo, Dr. Wanderley Beisegel da DOCIGEO. Entrevista com o Diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi, Prof. Dr. José Seixas Lourenço.

Dia 26/07/82 - 10/08/82 - Elaboração do relatório.

R E L A T Ó R I O

DIA: 29.06.82 - Acompanhando a Antropóloga LUX VIDAL até a aldeia dos XIKRINS, no Helicóptero da DOCEGEO.

DIA: 05.07.82 - Chegada até a aldeia dos XIKRINS acompanhado por CARLOS WILKES e GERALDO VILAR, para um sobrevôo nos limites do Território indígena, juntamente com a Antropóloga LUX VIDAL. Não foi possível devido a Antropóloga ter se deslocado para o Rio Seco, tendo em vista não termos chegado na hora marcada que seria às 07:30 horas e só chegamos às 15:00 horas, por motivo do Helicóptero ter atendido a uma outra programação.

DIA: 08.07.82 - De 10:30 hs às 17:30 hs.

Vôo de N-5 para aldeia XIKRINS.

Da aldeia dos XIKRINS, acompanhado da Antropóloga LUX VIDAL e de um índio, fizemos sobrevôo partindo dos limites do Rio Aquiri com limite a Oeste até o Rio Cateté, voltamos para o almoço no Salobro - 3 Alfa. À tarde partimos acompanhando o Rio Itacaíunas, Rio Pium, Rodovia BR-158, com uma parada no Posto de Fiscalização. Voltamos para a aldeia, acompanhado o Rio Seco de para N-5 depois de deixar a Antropóloga LUX VIDAL.

OCORRÊNCIAS: - No lado Oeste, o limite que liga o Rio Aquiri ao Rio Cateté, segundo a Antropóloga, está errado, pois o pique deveria ter sido feito mais para Oeste, com um afastamento de aproximadamente 3.000 metros.

Ao Sul, próximo ao Posto de Vigilância, está a Fazenda Pau D'arco com aproximadamente 5.800 ha de pastagem e a presença de 3.700 cabeças de bovinos.

Esta ocupação provem de uma autorização "concedida pelo Presidente da FUNAI, Coronel NOBRE DA VEIGA, ao Fazendeiro LAUDELINO HANEMANN pelo prazo de um ano, que findará a 30 de abril, para alimentação de 500 cabeças de bovinos".

A Antropóloga LUX VIDAL, ressaltou a necessidade do Setor de Meio Ambiente da VALE DO RIO DOCE vir a se preocupar com a poluição dos Rios Cateté e Seco, que poderão vir a ocorrer com implantação de fazendas nas cabeceiras dos Rios.

Serra Norte, 12 de Julho de 1982.


RAIMUNDO GOMES DA CRUZ NETO

FICHA RESUMO

POSTO INDÍGENA KATETÉ - ÍNDIOS XIKRIN DO CATETÉ

Estado do Pará - Município de Marabá - 2a. Delegacia Regional da FUNAI, Belém - Ajudância de Marabá

- Chefe de Posto atualmente:- Roberto Lima Costa
- Localização geográfica:- Leste-Oeste: entre os rios Itacaiunas e Catetê
Norte-Sul: entre a Serra Carajás/
/Rio Aquiri e a Serra da Seringa.
- Área aproximada da reserva: 408.300 ha
- Perímetro aproximado da reserva: 360 Km
- Coordenadas da aldeia: 6°13' de latitude Sul
50°47' de longitude Oeste
- Reserva demarcada de acordo com o decreto e memorial descritivo 02-03-77 FUNAI.
- Acesso: fluvial e aéreo
- Vegetação: floresta tropical de terra firme. Temperatura média anual: 28°C
- Precipitação pluviométrica: 2.000 mm
- Umidade: relativa
- Período de chuvas: de dezembro a maio
- Período de seca: junho a novembro
- Hidrografia: Rios Itacaiunas, Catetê, Pium e Seco-Navegáveis.
- Contato: intermitente
- Grupo: sub-grupo dos Kayapó setentrionais
- Grupo linguístico: Jê

- Autodenominação genérica: Mẽ-be-ngõ-Kre (os que vêm do buraco d'água)
- Autodenominação específica: Putkarõt
- Designação portuguesa: Xikrin
- Nome da aldeia: Pukatingro (areia seca)
em português: Xikrin do Catetê
- Subsistência: caça, pesca, coleta, agricultura.
- Comercialização: Castanha do Pará. Artesanato.
- População: 263 pessoas
- Características sócio-econômicas da região:-

Frente de expansão: madeireiras e serrarias. Projetos de colonização. Agropecuária. Garimpo. Mineração.

Abertura de estradas. Projetos estatais

Problemas fundiários: tensão pela posse da terra

Sob a jurisdição da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional - Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins GETAT. Atualmente localizada na Província Mineral de Carajás, sob a influência do Projeto Grande Carajás e Ferro-Carajás.

PARTE I

A) BREVE HISTÓRICO DO GRUPO

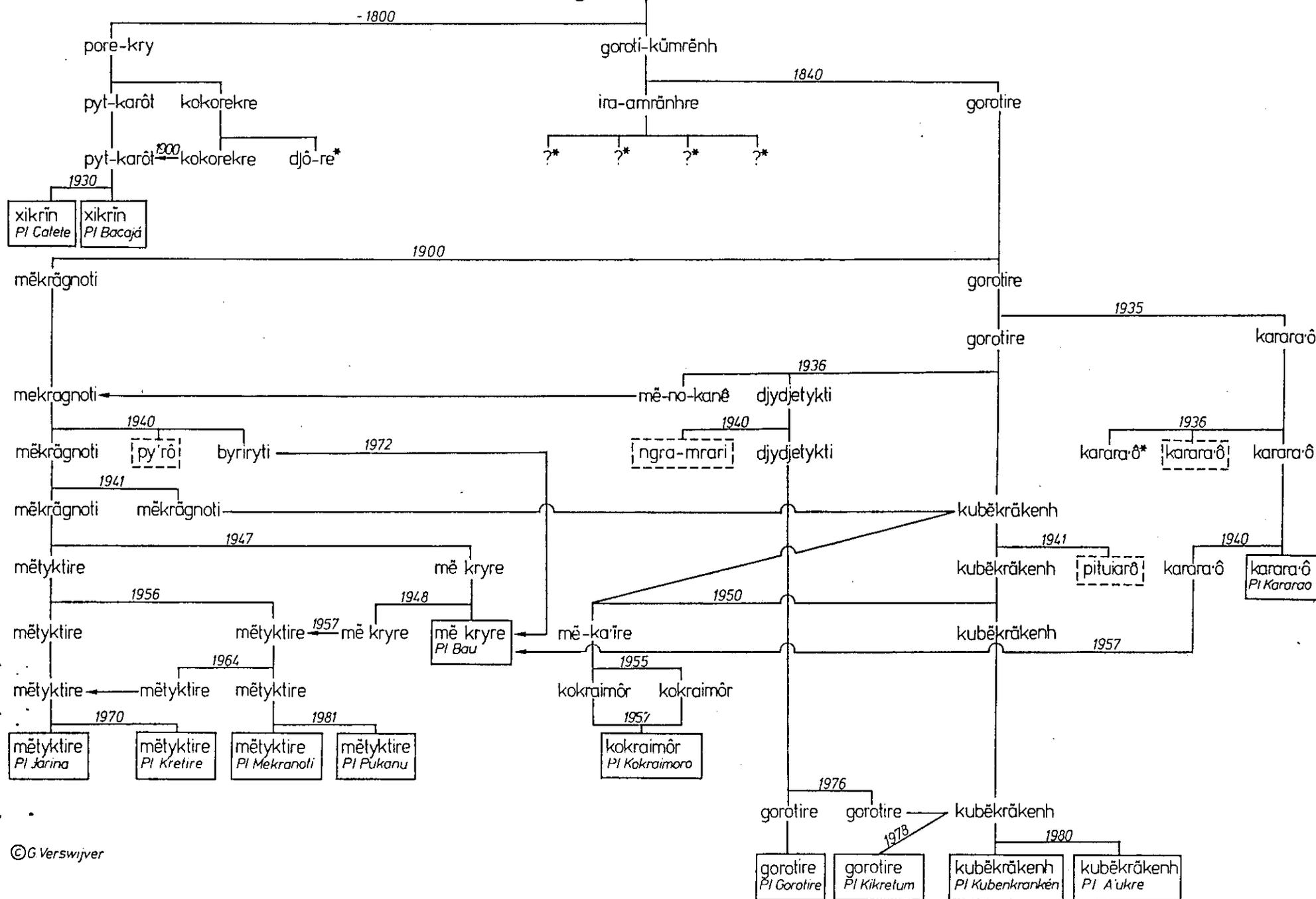
Os grupos Kayapõ setentrionais, do tronco linguístico Jê, ocupavam, no século XIX e até 1920, uma grande superfície territorial no Sudeste do Pará, localizada entre os rios Tocantins-Araguaia, a leste, e Xingu-Iriri, ao oeste, com incursões até o Tapajós; ao norte desde o Itacaiunas-Bacajã até os campos de Conceição de Araguaia e rio Tapirapê, ao sul.

Viviam em aldeias grandes, às vezes atingindo mais de mil pessoas mas a tendência, no período considerado, era de expansão rápida em direção ao oeste e norte da região, sendo as aldeias menores e as cisões frequentes. A vida semi-nomade, a riqueza em recursos da área - de floresta tropical e campos - e a cultura material extremamente reduzida, permitia aos grupos uma grande mobilidade.

Os Kayapõ viviam em aldeias fixas, rodeadas de roças, mas perambulavam, parte do ano, percorrendo grandes áreas, para caça, pesca, procura de matéria prima e coleta de côcos, frutos e plantas medicinais. Conhecem perfeitamente a flora e fauna de extensa região de floresta e campos e possuem denominações toponímicas detalhadas de toda área.

Propensos a se cindir, os grupos guerreavam entre si podendo, às vezes, porém, reunirem-se novamente dois grupos ou facções de diferentes grupos. Guerreavam também grupos Tupi que ocupavam as áreas conquistadas ou que se encontravam nos seus limites, como os Assurini, Arawetê, Suruí e

gorotí-kümrēnh



Parakanã. Guerreavam os Tapirapẽ ao Sul, e mantinham relações hostis ou amistosas com os Carajã do Araguaia.

Com a paulatina ocupação da região, os diferentes grupos Kayapõ passaram a ocupar cada qual uma área própria, definida de modo mais estável, preocupados com sua própria defesa e sobrevivência. Na medida do possível os invasores eram rechaçados, mas diante do avanço dos brancos a fuga se apresentava como a única alternativa.

O relacionamento intra-tribal, hostil ou pacífico, acabava por enfraquecer-se. Alguns grupos, especialmente os dos campos do Araguaia, desapareceram totalmente e o abalo demográfico devido a doenças e massacres causados por expedições atingiu uma parcela importante da população.

O gráfico nº 1 dá uma idéia das cisões de grupos tal como foi possível reconstitui-las, da extensão das áreas ocupadas e da dispersão geográfica dos grupos hoje remanescentes.

Entre 1940 e 1950, os Xikrin, ou Kayapõ do Tocantins, cindiram-se, formando dois grupos, o do Bacajã e o do Catetẽ. Em 1952, o grupo do Catetẽ e uma facção do Bacajã deslocam para os campos de Conceição do Araguaia onde são pacificados no Posto Las Casas, a noroeste de Redenção. Jã bastante dizimados pelas doenças, voltam, em 1953, para o Catetẽ. Um pequeno contingente permanece, porém, em Las Casas e se desloca a seguir para a aldeia Gorotire, no rio Fresco (Xingũ). Em 1958, uma outra facção deixa o Bacajã, se dirige para o Catetẽ, passando a viver naquela aldeia. Em 1962, Protãcio Friel

os encontra no Catetê. No ano seguinte, porém, quando este etnólogo do Museu Goeldi volta à aldeia, encontra-os a beira do Itacaiunas, na confluência do rio Catetê, na aldeia da "Boca". Em contato indiscriminado com regionais, gateiros e castanheiros, que subiam o Itacaiunas, perderam, devido a doenças, um terço de sua população. Muitos jovens estavam se empregando nos castanhais sob regime de semi-escravidão. Toda a organização social e política estava abalada e o grupo à beira da extinção - A MISSÃO. Em 1964 voltam ao Catetê. Aconselhado por Protásio Frikel, o Dominicano, Frei José Caron, inicia o seu trabalho de assistência aos Xikrin.

O missionário consegue reunir o grupo com a volta dos homens jovens. Os índios constroem uma nova aldeia de forma tradicional e se estabilizam no Catetê onde lhes é dada assistência médica e apoio. Os índios constroem uma pista de pouso. Naquela época iniciam a coleta da castanha para comercialização assim como a caça de peles, hoje proibida, para conseguir a compra de bens industrializados que cobijavam. Naquela época, o acesso à aldeia era difícil: de 3 a 6 dias de Marabá, por água, de janeiro a abril quando o Catetê é navegável. Caso contrário, em casos excepcionais, era necessário fretar um pequeno avião de companhia privada em Marabá. Naquela época os índios abandonavam a aldeia durante a época da seca, julho, agosto e setembro, percorrendo seu território, especialmente em direção ao sul, na região banhada pelo médio rio seco e subindo o Catetê. Voltavam em outubro, para iniciar o plantio das roças, cujo terreno havia já sido preparado em maio e junho. No inverno, saíam em viagens de menor duração

descendo o Catetê, e dirigindo-se ao norte, até atingir o rio Aquiri. A região oeste, os rios Bekuare e Bep.Kamrekti, afluentes da margem esquerda do Catetê, é área de caça tradicional. Os índios não permitiam as entradas de gateiros, caçadores ou castanheiros em seu território, expulsando-os quando os encontravam.

Frei Caron permaneceu no Catetê até 1970, época em que, atingido por mal cardíaco voltou à França, onde morreu em 1974, no convento da Ordem em Toulouse. Entre 1970 e 1972 permanece outro padre dominicano na aldeia e em 1973, época em que se iniciam as perseguições aos missionários dominicanos e franceses na região, a FUNAI abre o Posto Indígena do Katetê entre os Xikrin (Vide mais adiante o item "Assistência da FUNAI").

Naquela época, missionário e antropólogo tinham pouca consciência das mudanças que viriam a ocorrer no curto prazo de dez anos, atingindo toda a região do sul do Pará. A região era, então, mata virgem. Embora em 1973, na verdade, tenha sido iniciada a construção da Transamazônica, as terras Xikrin não foram afetadas. Com a implantação do núcleo Serra Norte na Serra dos Carajás e as consequentes pesquisas geológicas, previa-se, entretanto, a importância das reservas minerais da região. Não era possível, porém, vislumbrar o que hoje está aí: agropecuárias, madeireiras, projetos de colonização, inúmeros garimpos, entre eles Serra Pelada e Cumarú, estradas. Aquela altura não se podia prever a implantação de uma infra estrutura maciça na Serra dos Carajás composta por estradas asfaltadas, ferrovia e núcleos urbanos voltados para a efetiva extração e transporte de minério.

B) DADOS DEMOGRÁFICOS

A variável demográfica é de grande importância para a compreensão do desenvolvimento atual e futuro das comunidades indígenas. Influida no padrão de ocupação territorial e na constituição da esfera sócio-econômica e política; no contato com estranhos e funcionários do órgão tutor; nas possibilidades de desenvolvimento futuro do grupo.

O gráfico nº 2 mostra que, após a pacificação em 1952, o decréscimo populacional atinge em 1966 o seu nível mais baixo. Desde então, devido à assistência médica, ao isolamento geográfico e à reorganização da comunidade no local de origem, o grupo se recupera demograficamente com grande número de nascimentos, poucas mortes de adultos e redução considerável da mortalidade infantil (vide gráficos nº 3 e 4). Mantendo-se esse ritmo de crescimento populacional os Xikrin contarão no ano 2.000, com cerca de 1.000 indivíduos.

Em julho de 1982, data de nosso último levantamento, contamos 263 indivíduos, 129 do sexo masculino e 134 do sexo feminino, com 168 indivíduos na faixa de 0 a 15 anos. Contamos 48 famílias nucleares agrupadas de modo a formar um certo número de famílias extensas vivendo sob o mesmo teto (vide gráfico 5). Uma mulher adulta possui em média 4 a 6 filhos, tendo perdido de 2 a 3 filhos durante a sua vida. Atualmente, devido ao abandono de certos tabus de evitação, a frequência dos nascimentos é maior o que sobrecarrega bastante a população adulta, responsável pelo cuidado e pela subsistência cotidiana do grupo.

POPULAÇÃO XIKRIN.

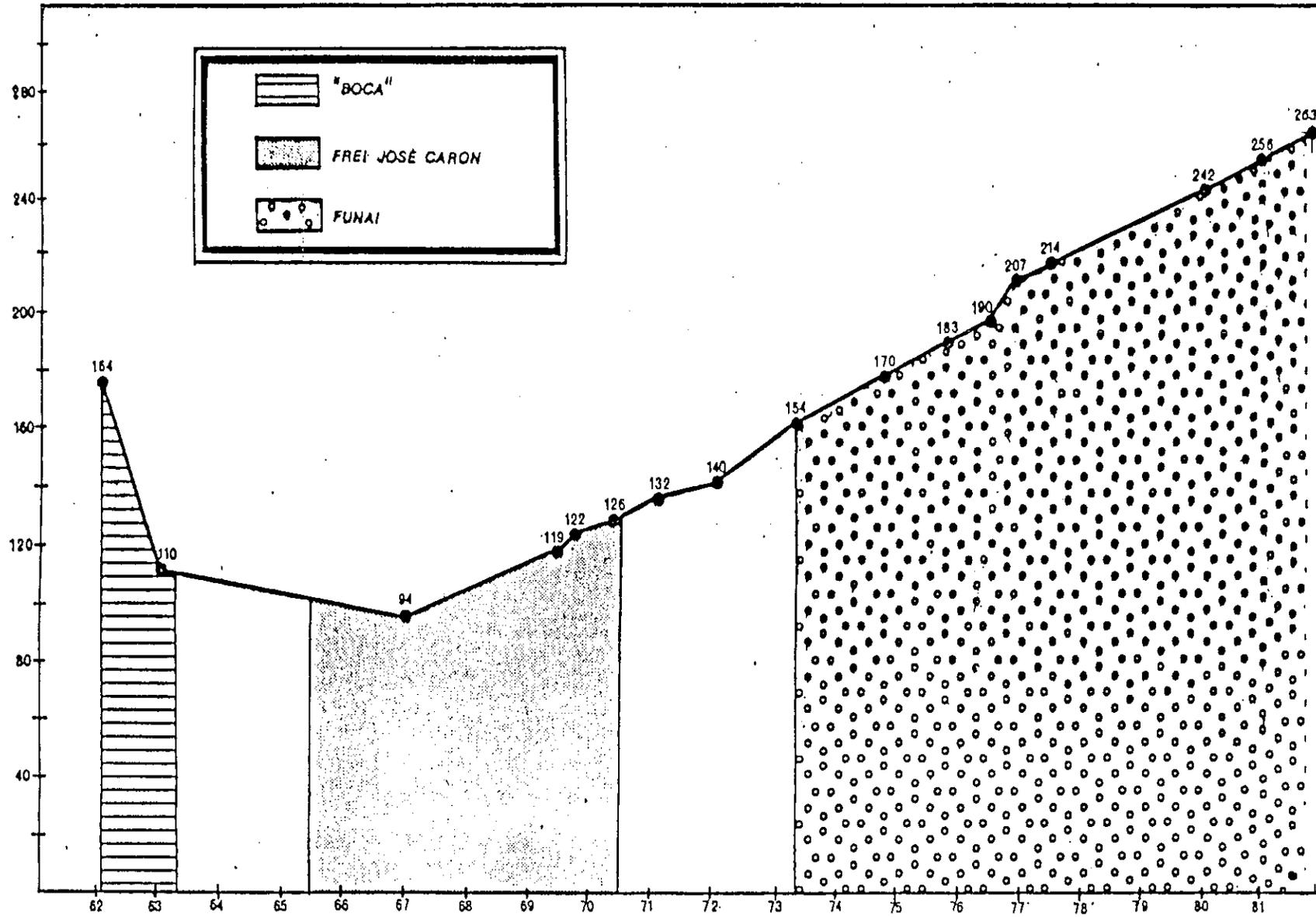


GRÁFICO-2

ANEXO 10
FRED SPATI

FERTILIDADE E MORTALIDADE JUVENIL ENTRE OS XIKRIN-CATETÉ

Idade mãe (anos)	Numero mulheres existentes hoje	Nascimentos:		Medias:		Taxa mort juvenil
		vivos hoje	mortos hoje	1	2	
menos de 20	6	6	0	1.0	1.0	0%
20 até 30	14	39	13	2.78	3.0	25%
30 até 40	18	57	27	3.16	4.67	32%
40 até 50	4	15	6	3.75	5.25	28%
Totais	42	117	46	2.78	3.88	28.2%

GRÁFICO-3

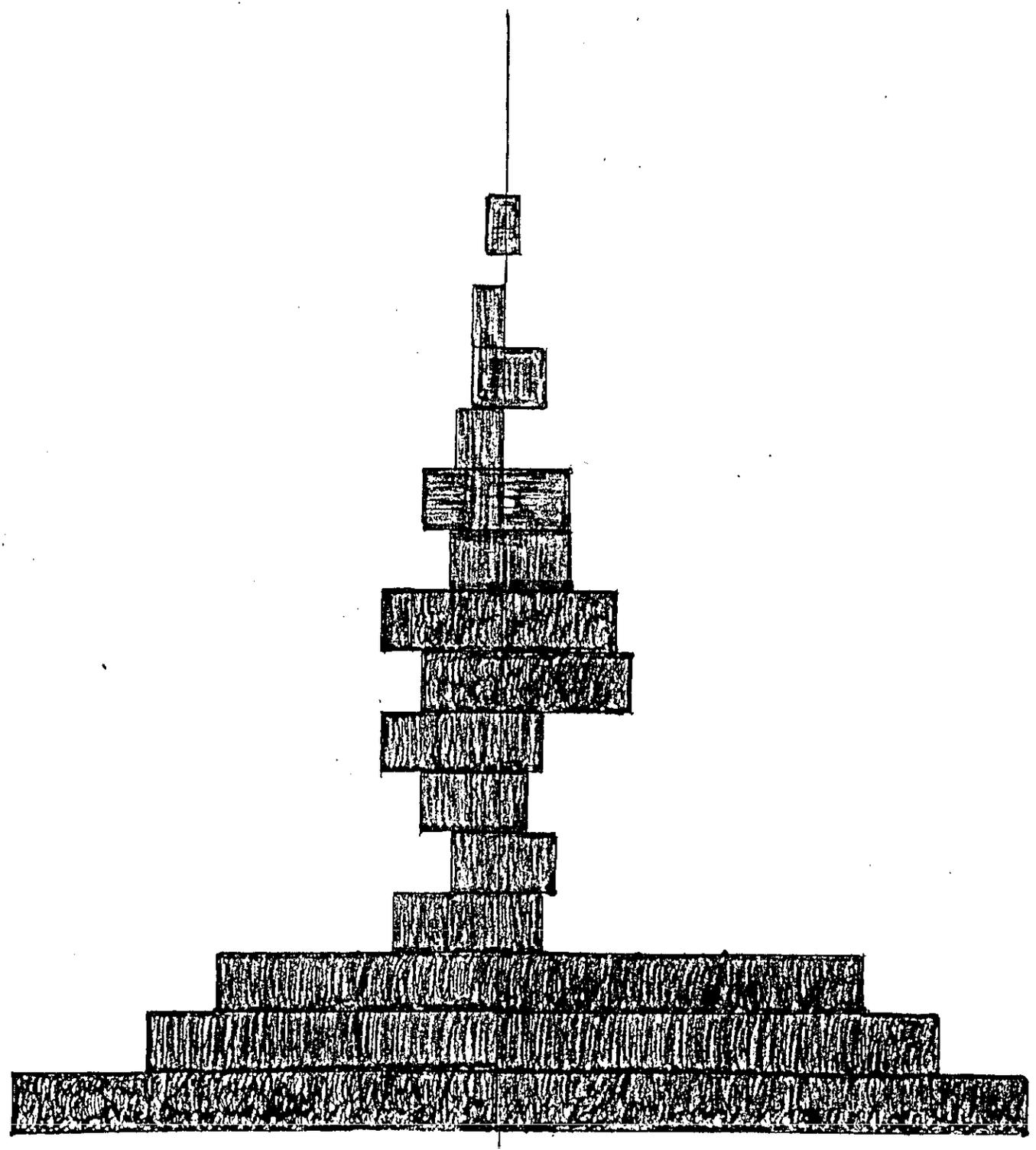
128

134

TOTAL

262

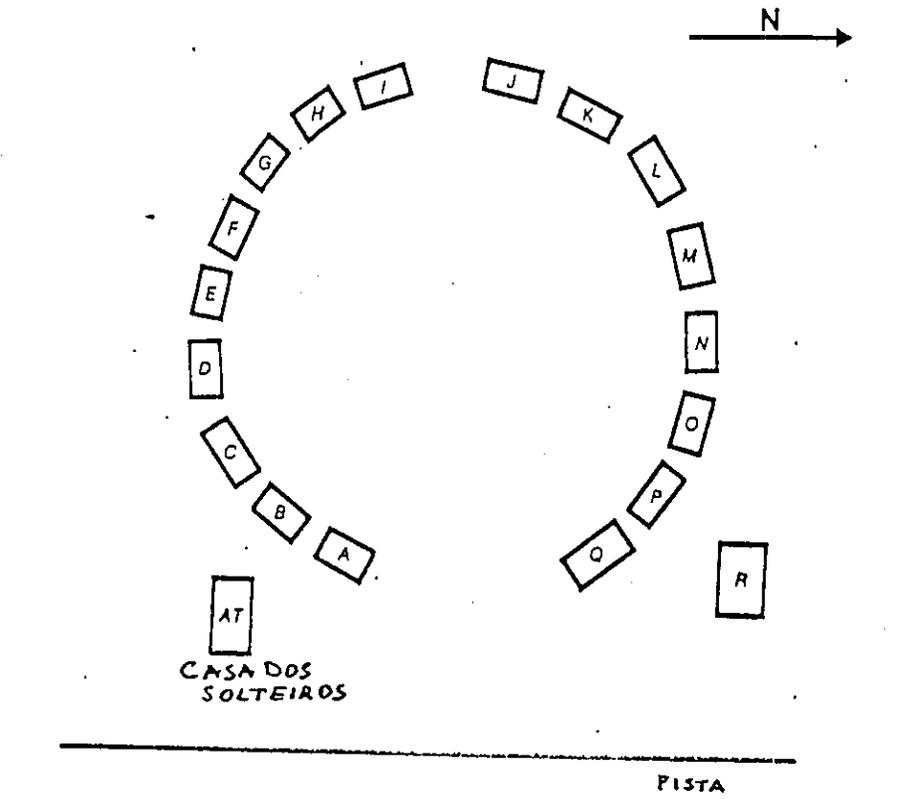
75-80	1
-	-
65-70	2
60-65	2
55-60	3
50-55	5
45-50	3
40-45	8
35-40	5
30-35	8
25-30	5
20-25	3
15-20	7
10-15	19
5-10	24
0-5	33



1
-
-
3
-
5
5
8
9
3
2
4
3
25
30
36

} 167

CASAS DA ALDEIA XIKRIN - 1982.



S

POSTO

↓ RIO CATETÉ

Nestes últimos anos porém, o aumento populacional na faixa dos 11 a 15 anos, tem trazido um certo equilíbrio, já que os jovens de ambos os sexos, nesta faixa etária, desempenham atividades importantes na comunidade.

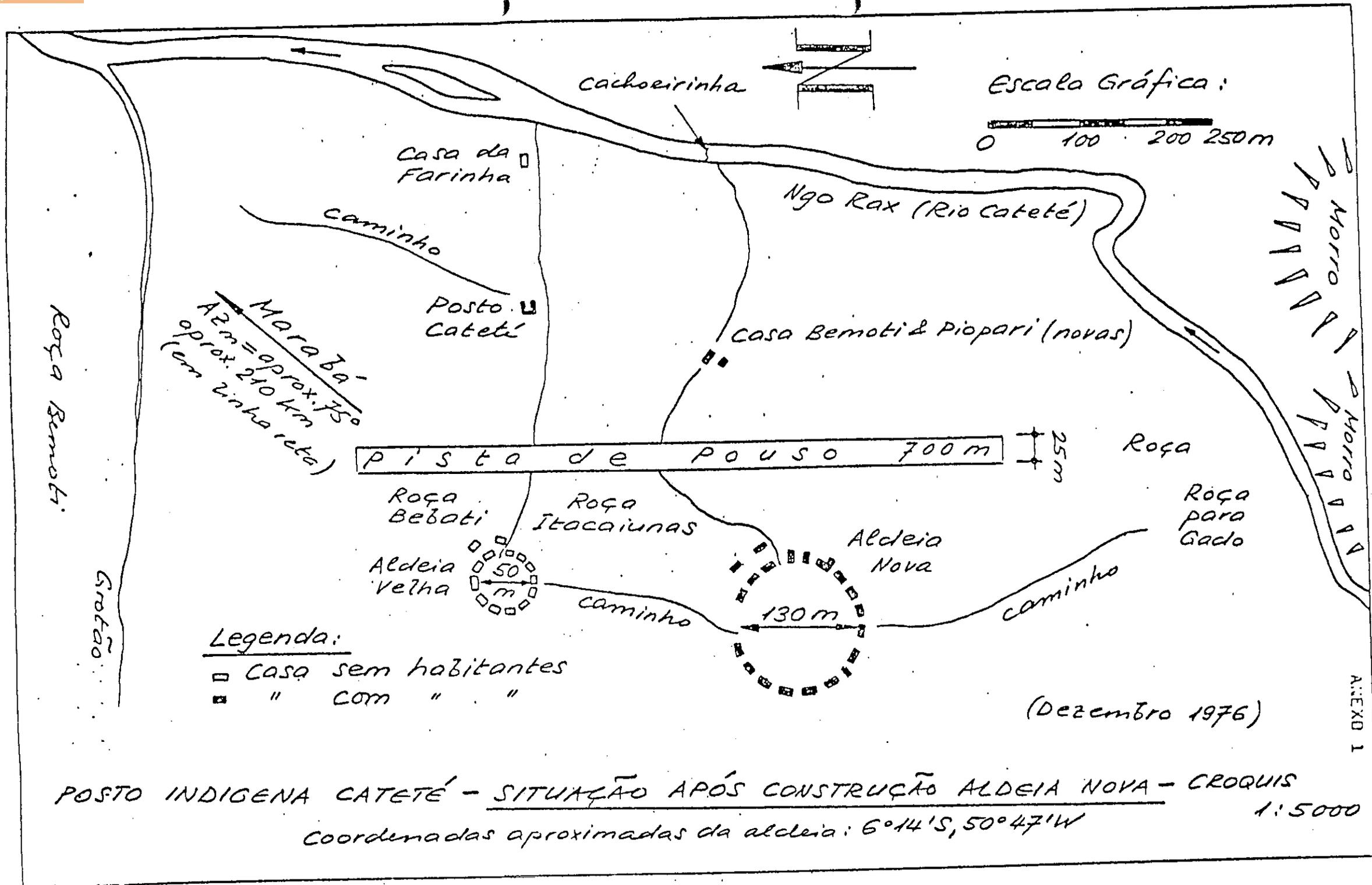
O equilíbrio numérico destes diferentes grupos definidos pelo sexo e categorias de idade - é imprescindível para o reconhecimento, por parte da comunidade, de sua auto-insuficiência em termos de recursos humanos.

Geralmente, quando a população chega a 250-300 indivíduos, havendo possibilidade, o grupo se cinde. Um dos sub-grupos constroi então, nova aldeia em outra área do território tribal. É o que aconteceu recentemente entre os Gorotire, Kuben-Krã-Kein e Mekranoti, grupo Kayapõ do Xingü. Uma cisão está prevista, em breve, entre os Xikrin do Catetê. As razões das cisões são estruturais, políticas e adaptativas. Mais de 100 pessoas se deslocarão para a nova aldeia, localizada ao sul da Reserva, à margem do médio Rio Sêco, no lugar denominado Kamkrokrõ, onde possuem roças, castanhais, muita caça e peixe no verão.

Tudo indica que, do ponto de vista demográfico, a separação em dois grupos motivará a continuidade do aumento populacional.

Finalmente, devido ao fato dos Xikrin possuírem parentes nas aldeias do Bacajã e Gorotire, e devido a uma maior facilidade para deslocamentos (abertura de estradas, visitas a Belém e Marabá, e pouso de avião da FUNAI a cada 15 dias nestas aldeias), está aparecendo, novamente, uma certa

movimentação populacional. Uma família de 5 pessoas se deslocou em 1979 para o Bacajã, lá permanecendo e em 1982 5 pessoas de origem Xikrin da aldeia Gorotire e 1 da aldeia Kikretum voltaram ao Catetê, após 30 anos de separação.



POSTO INDIGENA CATETÉ - SITUAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO ALDEIA NOVA - CROQUIS

Coordenadas aproximadas da aldeia: 6°14'S, 50°47'W

1:5000

C) MODO DE VIDA

1. A ALDEIA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E RELIGIOSA

Por enquanto os Xikrin do Catetê aglomeram-se em uma única aldeia de 19 casas, à margem esquerda, e a uns 500 metros do rio Catetê, 30 Km acima de sua confluência com o rio Itacaiunas, do qual é tributário, no lugar denominado Pukatingrö (areia seca) (vide Gráfico nº 6).

A aldeia é de forma tradicional: um círculo de casas ao redor de uma praça central. Antigamente, as casas, caracterizadas por uma estrutura de madeira, eram abertas e cobertas com um teto de palha. Desde 1981, todas as casas têm paredes recobertas de barro, o que as escurece muito e coloca alguns problemas de higiene não constatadas tradicionalmente.

As casas abrigam famílias extensas relacionadas pelo lado materno. Nas casas, desenvolvem-se as atividades domésticas. Na praça, reúne-se o Conselho dos Homens, todas as noites; trata-se do lugar das atividades rituais, que reúnem toda a comunidade. As casas e as roças individuais pertencem às mulheres. Os meninos com dez anos de idade passam a viver na casa dos homens, uma construção um pouco afastada do círculo das casas. Durante longos anos são preparados para desempenhar todas as atividades masculinas. Quando casam, passam a viver na casa da esposa. Mantêm, porém, uma relação estreita com as mulheres da casa materna. Atualmente, sentimos que há uma tendência a enfatizarem mais o grupo doméstico e residencial, em detrimento do espaço exclusivamente masculino

da casa dos homens que passa a ser, apenas o dormitório dos rapazes.

Além das relações de parentesco que orientam o comportamento entre indivíduos, existe uma importante relação estabelecida através da nomeação e da amizade formalizada. A divisão em categorias de idade, porém, é a forma mais comum para a formação de grupos de trabalho ou grupos que desempenham funções rituais.

Geralmente há dois chefes na aldeia, um mais velho e outro mais novo, sendo o cargo transmitido de pai para filho, ou cabendo a dois irmãos. Há, porém, outros chefes potenciais. Na verdade, todos aqueles que foram donos do Maracá na época de sua iniciação são chefes potenciais. Eles podem assumir a chefia de turmas de trabalho no mato, na época da safra da castanha, em contexto ritual, ou na ausência dos chefes. As vezes algum consegue reunir um número adequado de seguidores e formar nova aldeia.

Tradicionalmente semi-nômades, os Xikrin se tornaram mais sedentários. Mesmo assim, continuamente saem, em grupos, em viagens temporárias pela mata, caçando, pescando e coletando.

O Xamanismo é pouco desenvolvido e não possui a intensidade e acúmulo de funções como acontece entre certos grupos Tupi. O xamã, no desempenho de suas atividades benéficas, é essencialmente um curandeiro, conhecedor das plantas medicinais e dos rituais de cura. Possui também capacidade maléfica podendo introduzir o feitiço no corpo humano. Isto é, pode

usar os seus poderes sobrenaturais tanto para o bem como para o mal. Para se tornar xamã, o indivíduo precisa ter passado por uma mordida de onça, cobra ou porco do mato, que lhe tenha permitido visões sobrenaturais e capacidade de entrar em contato com as sociedades organizadas do mundo natural, sociedades de bichos, plantas ou de elementos naturais como a chuva e o trovão. Deste modo, torna-se capaz de prever e liderar uma caçada ou de controlar o ciclo das estações.

Os Kayapõ se consideram parte integrante de um mundo e universo circular e vêem o processo do universo e da vida como cíclico: os ciclos do tempo ecológico e estrutural determinam e acompanham a vida e as atividades humanas.

O centro do mundo é representado pelo centro do pátio da aldeia, onde se desenvolvem os rituais e a vida pública em geral. O símbolo do centro do mundo e do universo é o maracã, instrumento musical, redondo e em forma de cabeça, ao som do qual os índios cantam e dançam seguindo um traçado circular que acompanha a trajetória solar. Dançando, os índios dizem que remontam ao tempo das origens míticas, recriando assim a energia necessária à continuidade e estabilidade do meio ambiente, dos recursos necessários à sobrevivência, à reprodução contínua da vida e das diferentes instituições sociais que garantem o equilíbrio indispensável à vida em comunidade.

Alegoricamente, o sulco da dança representa a água de um rio e o lugar de origem: os mananciais, a fonte. Aliás, a autodenominação dos Kayapõ é Mê-be-ngô-kre: "aqueles

que vêm do buraco d'agua". A água também favorece o desenvolvimento psicológico e físico da pessoa. O banho no rio é uma atividade importante que ocorre de duas a quatro vezes por dia.

Os mitos contam a origem e formação da sociedade Kayapó, a origem de suas instituições e as peripécias histórico-lendárias pelas quais o grupo passou e que lhe possibilitaram aumentar a sua experiência e firmar sua identidade própria. Neste sentido, as referências geográficas são das mais importantes.

A aldeia dos mortos localiza-se ao sul do território, na Serra da Seringa, área atualmente cortada pela estrada PA-279. Possivelmente, diante do perigo de uma indevida proximidade, os índios tenham que deslocar as almas dos antepassados para um lugar mais seguro: o céu, em última instância !

Quando o grupo conta com um número suficiente de indivíduos, o ciclo de rituais é contínuo: as atividades rituais, danças, cantos, caçadas e pescarias coletivas, oferecimento de comida a toda a aldeia são acontecimentos quase cotidianos, especialmente durante os meses do verão. Homens e mulheres desenvolvem suas festas em separado ou em conjunto. Os rapazes são continuamente submetidos a uma grande variedade de provas iniciáticas. Em certas épocas, um ciclo ritual atinge o seu clímax e se desenvolve, então, durante alguns dias, com grande intensidade; nestas ocasiões, a ornamentação corporal, a indumentária (especialmente a plumária), as danças

e os cantos são altamente elaborados. As maiores festas são as da iniciação, que ocorre a cada 5 ou 10 anos e as diferentes festas de nominação, além de muitas outras mais frequentes e de ciclo mais curto.

2. ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA TRADICIONAIS

O território Xikrin situa-se em plena floresta tropical, em matas de terra firme. A região das bacias dos rios Catetê e Seco é rica em caça, pesca e produtos silvestres. Além disso, apresenta manchas de terra preta muito propícias para a agricultura. Atualmente não se dirigem mais às regiões de campo, no Sul, que ficam fora de sua reserva. Apesar de algumas mudanças adaptativas, os Xikrin continuam a desempenhar as suas atividades de subsistência tradicionais. Agricultores, além de caçadores e coletores, aumentaram nestes últimos anos o tamanho de suas roças e os homens passaram a dedicar mais tempo às atividades agrícolas. Desde 1970 tem havido, a cada ano, um grande aumento no plantio da mandioca brava. Fabricam, atualmente, com tecnologia sertaneja, grandes quantidades de farinha puba e ralada. Dispõem de duas casas de farinha que, embora precárias, contêm a fôrno de metal. As famílias se revezam ao torrar a sua farinha, guardada em sacos fechados e estocados em jiraus. Foi também introduzida a plantação de mamão, fruta que hoje consomem em grandes quantidades, e cuja produção é de muita boa qualidade. No restante abrem suas roças anualmente: roças familiares e duas coletivas, chamadas roças dos chefes. Plantam uma grande variedade de batatas, alimento base dos Xikrin, macaxeira, inhã

me, várias qualidades de banana, entre elas a roxa gulosa. Estes produtos nunca faltam na aldeia. Plantam também o milho, consumido entre os meses de janeiro e fevereiro, a abóbora, a melancia, o urucū e o algodão. Foram introduzidos alguns pés de manga, abacate, café, limão e abacaxi mas sua produção ainda é inexpressiva.

A derrubada faz-se durante os meses de junho e julho; a queimada, em setembro e o plantio em outubro. As mulheres plantam e colhem, sendo que se dirigem à roça todos os dias, voltando à aldeia com uma pesada carga de tubérculos, frutas e lenha para o fogo.

Desde 1964, os homens caçam com espingarda precisando conseqüentemente de munição, item bastante caro atualmente. A caça continua abundante na região, e chega à aldeia com ligeiras flutuações segundo a estação e o estoque de munição disponível. No Sul da Reserva, porém, grandes desmatamentos efetuados por invasores e uso de defolhantes reduziram drasticamente a fauna daquela região, segundo os índios nos informaram. Caçam em toda a extensão de sua Reserva a anta, o veado, o porco do mato e caetetu, a paca, a cotia. Pegam jaboti e destocam o tatu. Consomem certas aves como o jacú e o mutum, que não consumiam tradicionalmente. Parece-nos que há menos macacos guariba na região, devido aos desmatamentos nas proximidades da aldeia.

Pescam especialmente nos rios Cateté e Seco e, no inverno, no Itacaiunas e nos múltiplos igarapês da Reserva. No verão prevalece a pesca comunitária com timbõ; no inverno,

a pesca individual com anzol, técnica introduzida desde 1964 e hoje muito apreciada pelos homens, que necessita da compra de anzóis e linha de nylon. Passaram a consumir todo tipo de peixe, inclusive os peixes de couro, que não comiam antigamente e que ainda evitam quando doentes.

Do mato, coletam para o consumo o palmito, a castanha, o côco de babaçu e côcos menores; diferentes qualidades de mel, frutas silvestres e minhoca de côcos. Coletam também grandes quantidades de genipapo para a pintura corporal, cipós para a pesca do timbõ e uma variedade de plantas medicinais. Desde 1976 fabricam óleo de babaçu em certa quantidade para fritar alimentos. É, no entanto, utilizado essencialmente como cosmético.

3. HÁBITOS ALIMENTARES

A alimentação tradicional é extremamente equilibrada. O alimento é sempre assado em forno de pedra ou em fogo aberto. Nestes últimos anos, com a aquisição de panelas, passaram a cozinhar algumas refeições e foi introduzido o uso do sal.

A criança é alimentada com o leite materno. Mais tarde, começa a comer banana, mamão, palmito, batata e algum alimento pré-mastigado pela mãe. Existem vários tabus alimentares, obedecendo a classificações convencionais específicas, a crenças com relação ao corpo, à alma e às doenças. Alguns tabus foram parcialmente abandonados, aumentando os produtos consumíveis. Outros, porém, continuam a ser observados,

como a não ingestão do coração e fígado de animais de caça ,
associados à perda de sangue.

O doente é geralmente, relegado a uma condição marginal: não se pinta e não se alimenta. Atualmente, devido a frequência de doenças exógenas aos grupos ameríndios, como a gripe, a malária, as doenças infecciosas e bronco-pulmonares, a falta de assistência alimentar prejudica a recuperação do doente. É imprescindível que seja instalada, no Posto, uma enfermaria onde o doente é assistido, inclusive com alimentação adequada, na fase mais aguda da doença.

Desde 1970 foi paulatinamente introduzido o hábito de consumir café, açúcar e arroz, alimentos, hoje considerados imprescindíveis. Os índios devem ser, como recomenda o Dr. João Paulo Botelho, esclarecidos sobre os efeitos nocivos do abuso do açúcar, especialmente no que se refere ao aparecimento do diabetes ainda ausente entre os Xikrin, e o aparecimento de cáries dentárias que vem aumentando de modo assustador nestes últimos anos.

Devem ser incentivados a continuar a consumir a batata doce que não deverá no futuro ser substituída pelo arroz de pouco valor alimentar. Os índios pretendem iniciar uma roça de arroz para consumo interno e futuramente uma de fava de alto valor nutritivo e de fácil cozimento. Esporadicamente, compram um pouco de leite, macarrão e alguma lata de doce e óleo.

De vez em quando um índio cria umas galinhas que comem quando falta carne assim como os ovos.

O consumo de côcos e frutos silvestres é contínuo mas não em grandes quantidades. Devido a doenças como a gripe, é aconselhável a plantação de cítricos, como limão, laranja e lima.

Pretendem também plantar manga, abacate, cajú, abacaxi e cupuaçu.

Os índios recebem do INAN, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, a cada 4 meses, mais ou menos 150 Kg de arroz e 150 Kg de açúcar assim como saquinhos de leite em pó que, geralmente abandonados nas mãos das crianças, lhes causam diarreia. Também recebem, às vezes, remessa de merenda escolar do CNAE.

4. CULTURA MATERIAL

Os índios Kayapó possuem tecnologia pouco desenvolvida: não há cerâmica, nem tecelagem nem canoas ou artefatos sofisticados para pesca e caça. Por outro lado, a parafernalia ornamental é muito desenvolvida, e a pintura corporal constitui-se em sistema semiótico altamente estruturado com características formais e estéticas próprias.

Antes do contato, usavam para a caça diferentes tipos de bordunas e a lança de osso de onça, muito elaboradas. Arcos e flechas são de fabricação simples. As mulheres usam o pau de cavar para desenterrar os tubérculos da roça. Para carregar e guardar, fabricam cestos, cofos, caixas e bolsas de folhas de palmeira. Em coitês guardam sementes, penugens de pássaros e urucú e antigamente carregavam água em recipientes ôcos de bambu. Dormem em jiraus ou no chão, sobre

esteiras. Possuem apenas dois instrumentos musicais, a buzina de bambū e o maracā. Na parafernālia destacam-se os ornamentos de plumāria de tipo monumental como os cocares de penas de arara, gaviāo, jāo-gongo, papagaio e garça, assim como braceiras adornos peitorais e dorsais. De grande beleza tambē sã os carregados colares com base rīgida de pecinhas de itā.

Usam uma variedade de materiais como palha, embira, algodāo e sementes em outros ornamentos. Tradicionalmente nã usavam roupa e o fogo servia para aquecer o corpo.

MUDANÇAS OCORRIDAS

Desde a ēpoca do contato, o arco e flecha sã usados tã somente para a pesca e para atingir alguns pãssaros. Possuem barcos e canoas para as suas viagens ao longo dos rios e para se deslocarem atē Marabā. Usam panelas, bacias, pratos e vasilhames de lataria. Carregam a āgua do rio em panelas e vasilhames de plāstico. Usam fōsforos para acender o fogo. Sobre o corpo pintado, os homens usam calçāo e as mulheres, vestidos. Consomem sabāo para lavar a roupa. Quando conseguem, compram sandālias de borracha. As ferramentas mais apreciadas sã a faca-peixeira para tirar o couro da caça, o terçado e o machado. Alguns ĩndios possuem rādios e gravadores que muito apreciam, gravando as prōprias mūsticas e cantos e comprando fitas-cassete no comērcio com mūsticas de rock e nacionais. Usam lanterna para a "espera" - caça noturna - e dentro de casa acendem lamparinas de querosene. Compram redes, cobertores, mosquiteiros e maletas para guardar os seus pertences pessoais.

Para a parafernália, desde o contato, usam grandes quantidades de miçangas de tamanho pequeno, especialmente azuis e vermelhas. Gostam de receber linha cordonete resistente, branca e preta para a fabricação de artesanato.

Os índios recebem da FUNAI querozene, gasolina para motor de barco e, esporadicamente, ferramentas. Às vezes, com o suprimento do Posto, são comprados cartuchos, sal, sabão e fumo.

O Comitê de Ajuda aos Xikrin envia, todos os meses uma verba para a compra de cartuchos e anzóis. Certas vezes compra um motor de barco, uma canoa ou pano para vestimentas. Os índios também possuem 2 máquinas de costura; quatro índias sabem costurar.

Certos artefatos tradicionais são atualmente pouco usados pelos próprios índios, sendo fabricados para comercialização e, assim, transformando-se em artesanato que conseguem vender com um lucro não desprezível

D) A ASSISTÊNCIA DA FUNAI

O P.I. Katetê foi implantado em 1973 e, desde aquela época, pouco mudou o dia a dia da vida do Posto e do relacionamento entre FUNAI e Índios. Houve 6 mudanças de chefia de Posto. Todos os responsáveis pelo Posto, apesar das dificuldades, do abandono e isolamento, sempre se preocuparam com o bem estar dos Índios, com relação à saúde, à preservação da integridade do território e não interferiram indevidamente na vida da comunidade que, aliás, não se deixa facilmente manipular.

Até 1979, o Posto continuou a funcionar no barracão da Missão. Em 1980, foi aberta, a poucos metros deste, uma clareira e construídos cinco barracões de madeira e palha, tudo muito precário. Atualmente, dois são de pau-a-pique: a sede do Posto e a farmácia.

RELAÇÃO DE BENS EXISTENTES NO POSTO INDÍGENA KATETÉ

Lista elaborada por Areoldino do Amaral Costa
(ex-chefe de posto 01-03-82)

- 1 Motor Diesel Yanmar r 10 hp mod. NB-10M
- 1 Motor Diesel Yanmar 3,5/4 hp
- 1 Motor Guidon a gasolina 12 hp
- 1 Motor Archimedes a gasolina 12 ph - pane
- 1 Motor Montgomergera gasolina
- 1 Motor Aguale diesel 4,5 hp
- 1 Grupo Gerador Kohlback monofásico, 5KVA, acoplado com motor Yanmar mod. NSB-90 diesel 6,5/9 hp
- 1 Gerador 2 KVA Bambozzi
- 1 Casco de fibra Leveforte cap. 600 Kg
- 1 Barco de madeira lei cap. 6 ton. em Marabá
- 1 Barco em madeira de lei cap. 2 ton.
- 1 Bomba d'agua marca King
- 1 Bomba d'agua marca Anauger, submersa
- 6 Carrinhos de mão com pneus de borracha
- 1 Caetiter de madeira com adaptação para motor
- 1 Cortadeira de grama manual
- 1 Fogão a gás, marca Alvorada, 4 bocas
- 2 Botijões de gás vazios - em Marabá
- 3 Espingardas Boito cal. 20 - uma em Marabá
- 1 Geladeira marca Gelomatic à querosene
- 1 Máquina de escrever marca Remington
- 3 Cadeiras revestidas de madeira e ferro
- 2 Mesas para escritório
- 2 Camas tipo hospitalar

RELAÇÃO DOS BENS DOS ÍNDIOS

- 6 Canoas
- 2 Moto-serras
- Espingardas (cada homem possui uma)
- 1 Motor Johnson 15 hp
- Doações de medicamentos efetuadas pelo Dr. João Paulo Botelho
- Doações de cartuchos e anzóis efetuadas pelo Comitê de Ajuda aos Xikrin
- Objetos pessoais

MATERIAL DOADO PELO FUNRURAL

- 1 Motor elétrico monofásico 2CV 3.500 rpm
- 1 Balança Filizzola cap. 16 Kg - pane
- 1 Balança Filizzola cap. 160 Kg - pane
- 1 Carrinho para curativo
- 1 Armário aço com 6 gavetas
- 1 Armário vitrine com parte de vidro
- 1 Armário vitrine para material cirúrgico
- 1 Mesa clínica
- 1 Mesa secretária com 5 gavetas
- 1 Mesa para cirurgia
- 2 Suportes para aplicação de soro
- 2 Suportes para aplicação de injeção
- 2 Camas tipo hospitalar
- 2 Cadeiras de ferro

ORÇAMENTO DO POSTO

O orçamento é atualmente de Cr\$ 60.000,00 mensais. Sendo 40.000,00 para o consumo (sal, sabão, fumo, querosene, gasolina, ferramentas) e Cr\$ 20.000,00 para terceiros.

Qualquer serviço realizado pelos índios para um projeto da FUNAI, como a formação do pasto para o gado, ou o transporte de material pelo rio, é pago com esta verba.

A PISTA DE POUSO

Em 1968, os índios iniciaram a construção e manutenção da pista de pouso. A pista foi aumentada em várias ocasiões e atualmente possui 850 metros de comprimento por 18 de largura (vide Gráfico nº 7). O avião da FUNAI, o minuano, com permanência em Marabá, pousa no P.I. Katetê a cada 15 dias e sempre que há um caso de urgência. Não vemos necessidade de aumentar o comprimento da pista e nem haveria espaço para tal, já que a pista se localiza entre o rio Catetê e um igarapé.

RECURSOS HUMANOS

De janeiro de 1981 a março de 1982, o responsável pela chefia do Posto foi o Sr. Aeroldino do Amaral Costa. Sua esposa, Fátima Costa, desempenhava a função de professora da FUNAI. Havia ainda um trabalhador braçal, o Sr. Raimundo Alves Trindade.

Desde março de 1982 responde pela chefia do Posto o técnico-agrícola Roberto Lima Costa. Seria desejável que fosse promovido a Chefe de Posto para continuar nesta função no P.I. Katetê.

Falta um enfermeiro qualificado para o setor de Saúde. Este cargo deve ser preenchido urgentemente, antes do inverno e da safra da castanha, época em que os índios espalhados pelo território, são acometidos de gripe e malária, e as tarefas do Posto são mais pesadas.

O POSTO DE VIGILÂNCIA

Desde os acontecimentos de Agosto de 1980, época do confronto entre os Xikrin e os responsáveis pela Fazenda Gra-Reata da Pau d'Arco, ao Sul da Reserva, a FUNAI criou um Posto de Vigilância, a 7.800 Km ao norte da PA-279, na picada do limite sul da Reserva e à margem da estrada que liga a fazenda Gra-Reata à Pa-279; o Posto possui verba própria.

Há um chefe de Posto, um motorista de Toyota, um mateiro e um trabalhador braçal; foi constituída uma pequena roça. Em princípio, o Chefe do Posto está encarregado do controle de toda a área limitrofe sul da Reserva. A 18 Km a oeste pela PA-279 encontra-se o núcleo chamado Água Azul, que os índios frequentam quando se dirigem ao Posto de Vigilância e, a 90 Km, a cidade de Xinguara, área de grandes tensões sociais devidas a problemas relacionados à posse da terra. A Leste, a estrada vai para o Projeto Tucumã e São Felix do Xingü. Esta estrada, atualmente construída pela Andrade Gutierrez,

liga a Bacia do Médio Araguaia ao Médio Xingu, tornando-se uma importante via de penetração na região Sul do Parã, região dos campos do Brasil Central, onde estão sendo implantados importantes projetos de Colonização, agropecuárias, madeireiras e serrarias. Também é via de acesso para os garimpeiros que procuram os igarapês e grotões da região.

A permanência de Índios no Posto de Vigilância, especialmente jovens rapazes, não é recomendável, especialmente quando frequentam botequins de beira de estrada e casas de prostituição em Água Azul.

A AJUDÂNCIA DE MARABÁ

Em 1975 foi criada em Marabá uma Ajudância que atende aos vários Postos da região. No caso dos Xikrin, o atendimento nestes últimos anos tem melhorado, sendo a comunicação mais fácil para a remoção de doentes, realização das compras para os Índios que recebem em curto prazo as suas encomendas, com nota fiscal, evitando atrasos e mal entendidos. Dã também, maior segurança e apoio ao Chefe de Posto que se comunica diariamente por rádio com a Ajudância.

O Chefe da Ajudância têm, porém, pouca autonomia e nenhuma verba própria. Depende totalmente de ordens emanadas de Belém ou Brasília. Por outro lado, Marabá é uma cidade que cresce desordenadamente, suja e poeirenta, sem infraestrutura adequada, especialmente no setor de saúde e hospita-

lar. Neste sentido, a permanência de índios doentes em Marabá
é sempre uma situação constrangedora e que nada resolve.

OS PROJETOS ATUAIS PARA O P.I. KATETÊ

O POSTO NOVO

A FUNAI está destinando uma verba de . . . Cr\$ 2.500.000,00 para a construção de um novo Posto cujas obras estão sendo iniciadas atualmente (fim de julho de 1982). O material de construção e cimento já se encontra no Catetê. Foram contratados 2 oleiros, que estão fabricando os tijolos a pouca distância da aldeia, com barro da região. Estão previstos, para o prazo de 2 meses, 20.000 tijolos. A FUNAI paga Cr\$ 13.000,00 por milheiro mais o rancho e o transporte.

O oleiro, Sr. Manoel informou-me que também podem ser feitas as telhas para a cobertura das casas do Posto no próprio Catetê.

Na verdade, ninguém sabe como vai ser este novo Posto, já que nem o Chefe de Posto nem os Índios foram informados sobre as plantas e os tipos de construções a serem edificadas.

LOCALIZAÇÃO DO NOVO POSTO

De acordo com as ordens do Sertanista Parisi Fiorello, que visitou o Catetê, o novo Posto seria construído a poucos metros da aldeia, praticamente em cima da pista de pouso! Tal absurdo era justificado com a possibilidade de um atendimento mais rápido aos doentes! Como se uma distância de 300 metros pudesse resolver uma questão de vida ou morte.

Além disso, a proximidade da Pista tornava o empreendimento perigoso. Tanto o Dr. João Paulo quanto eu mesma pedimos ao Chefe de Posto que não levasse adiante esta proposta, o que ele aceitou com grande alívio. Aos Índios foi explicado que, para evitar mortes por doença, a solução é a contratação de enfermeiro(a) qualificado(a). O lugar certo para a construção do novo Posto é o local atual, respeitando a autonomia da área da aldeia e o bom funcionamento do Posto.

Diante do Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas do Projeto Ferro-Carajás que inclui verba para infraestrutura do Posto, deveria se construir desde já uma enfermaria nas condições propostas pelo Dr. João Paulo Botelho (vide relatório Saúde). Até que se tenha uma melhor definição deste assunto, recomenda-se de início, a construção da casa do motor, da casa da farinha e de uma casa para alojamentos. Também deve ser reestudada a construção de um poço amazônico e não artesiano como proposto e a possibilidade da instalação de 4 torneiras de água na aldeia.

O problema que constatamos é a superposição de um Projeto FUNAI e de um Projeto incluído no "Projeto de Apoio" sem os devidos esclarecimentos de como e por quem serão realizadas as obras e segundo que plantas.

PROJETOS ECONÔMICOS EXISTENTES

Há um projeto que está sendo realizado pelos próprios Índios: uma grande roça comunitária de arroz de 5 hectares para consumo interno. A FUNAI se comprometeu a fornecer

as sementes. Este projeto tornará a comunidade auto-suficiente no que diz respeito a este produto.

Verbalmente os índios também concordam em abrir uma roça para uma plantação de fava logo que tiverem uma oportunidade.

ANTE-PROJETO DE FORMAÇÃO DE PASTOS NA P.I.KATETÊ

Elaborado por Roberto de Lima da Costa (Técnico agrícola, responsável pela chefia do P.I.Katetê) e José Ferreira Campos Junior (Auxiliar Técnico de Indigenismo, responsável pela Ajudância de Marabá) - Para o ano de 1982. Custo total Cr\$ 2.000.000,00

São 20 hectares de pastagens próximos à aldeia (direção norte, ao pé de uma encosta).

A broca, derrubada e queima deverá ser feita pelos índios de setembro a outubro. Pagamento da mão de obra indígena Cr\$ 270.000,00.

Plantio feito pelos índios - Pagamento . . . Cr\$ 30.000,00.

Levantamento de cercas efetuado pelos índios em novembro e dezembro de 1982.

Segue orçamento detalhado para manutenção, aquisição de gêneros alimentícios, transporte e eventuais. No futuro, terá que ser feito um curral. Justificativa: "Os líderes e integrantes da Comunidade Xikrin ao saberem da existência de verba para projetos, solicitavam que a mesma fosse aplicada em recursos e materiais, para apoiá-los na formação de pastagens, pois há tempos vemos surgir naquela comunidade a von-

tade de introduzir-se a atividade criatōria de bovinos".

PRÉ-PROJETO AGRICULTURA

O atual responsável pela chefia de Posto pretende apresentar ainda este ano um pré-projeto de constituição de um pomar. Cogita-se aumentar a produção da banana, mamão e iniciar uma plantação de cítricos, laranja, limão e lima, para consumo interno. Plantar também abacate, caju, manga e cupu-açu. Mudanças de boa qualidade seriam adquiridas em Belém.

Frente ao Projeto de Apoio Ferro-Carajás, pode-se pensar em um projeto de comercialização para a banana e o mamão de muita boa qualidade e, mais adiante, de outros produtos do pomar, a serem vendidos aos núcleos urbanos da Serra Carajás.

PRÉ-PROJETO CASTANHA DO PARÁ

Foi elaborado pela FUNAI um projeto de castanha para 1982-83, ano que se anuncia de abundante safra, no valor de Cr\$ 800.000,00. Foi construído um barco de 7 toneladas (Cr\$ 500.000,00), em Marabá, e foi reformado o segundo barco de 7 toneladas (calafetagem). Também foram comprados 3 burros de carga. Os índios pretendem escoar a safra por barco até o Caldeirão (antigo acampamento da DOCIGEO), à beira do Rio Itacaiunas e a 90 Km da aldeia do Cateté e de lá transportá-la de caminhão até Belém.

HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA NO CATETÊ

Desde 1968, os Índios do Catetê comercializam a castanha do Parã, vendida atualmente pela FUNAI. Na época do missionário, esse vendia a castanha em Marabã a um comprador de São Paulo, a um bom preço e o dinheiro era investido em compras para a comunidade como um todo e pagamento individual aos Índios.

Desde que a FUNAI assumiu o Posto, a safra da castanha no Catetê nunca funcionou adequadamente, por falta de previsão e preparo técnico-administrativo, por má sorte, ou desvio indevido de verba. Na época do Chefe de Posto Fred Spatti, porém, houve uma proposta de projeto bem planejado mas que até hoje não teve a oportunidade de ser aplicada (vide Gráfico nº 8).

A Castanha do Parã possui um ciclo longo de 18 meses, sendo que não é todo ano que a safra se anuncia abundante. A região do Catetê é rica em castanhais e os Índios possuem colocações em todo o seu território (Gráfico nº 9). Alguns castanhais são de difícil acesso, às vezes, a mais de 20 Km de um rio ou igarapé. Os Índios transportam a castanha nas costas, o que torna o empreendimento excessivamente penoso.

Para melhorar esta situação, em 1976, os Índios e o Chefe de Posto Fred Spatti iniciaram uma limpeza das estradas. Em 1981, novamente limparam 42 Km de estrada para o escoamento da safra, que não houve, o que poderia ter sido

CRONOGRAMA DA SAFRA

VER TEXTO SOB "RELATO CRONOLOGICO"

FRED SPATTI

ITEM A SER CONSIDERADO	NOVEMBRO	DEZEMBRO 76	JANEIRO 77	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
ENCHENTE (PERIODICA E NÃO GARANTIDA) DOS RIOS E IGARAPÉS						
RECONHECIMENTO: LIMPEZA CAMINHOS E RIOS, TRABALHOS PRELIMINARES		PRIMEIRA LIMPEZA DOS RIOS A SER FEITA NO VERÃO (ÁGUA BAIXA)				"OPERAÇÃO PIUM" (SEM CASTANHA)
AVIAMENTO (EXTERNO E INTERNO)		EXTERNO/TRANSP./INTERNO 		PRIM. AVIAM. (PARCIAL) 	SEGUNDO AVIAMENTO 	
PRODUÇÃO CASTANHA (CORTE + TRANSP. À COLOCAÇÃO)						
EMBARQUE, TRANSPORTE POR BARCO, E VENDA DA CASTANHA				PRIMEIRA BARCADA 	SEGUNDA BARCADA 	TERCEIRA BARCADA

LEGENDA

GRÁFICO - 8

PERÍODO IDEAL CF. "PROJETO CASTANHA" CONSIDERAR EM SAFRAS FUTURAS!



DATAS-LIMITES PRINCIPAIS

(CORRIDAS DURANTE SAFRA 1977)

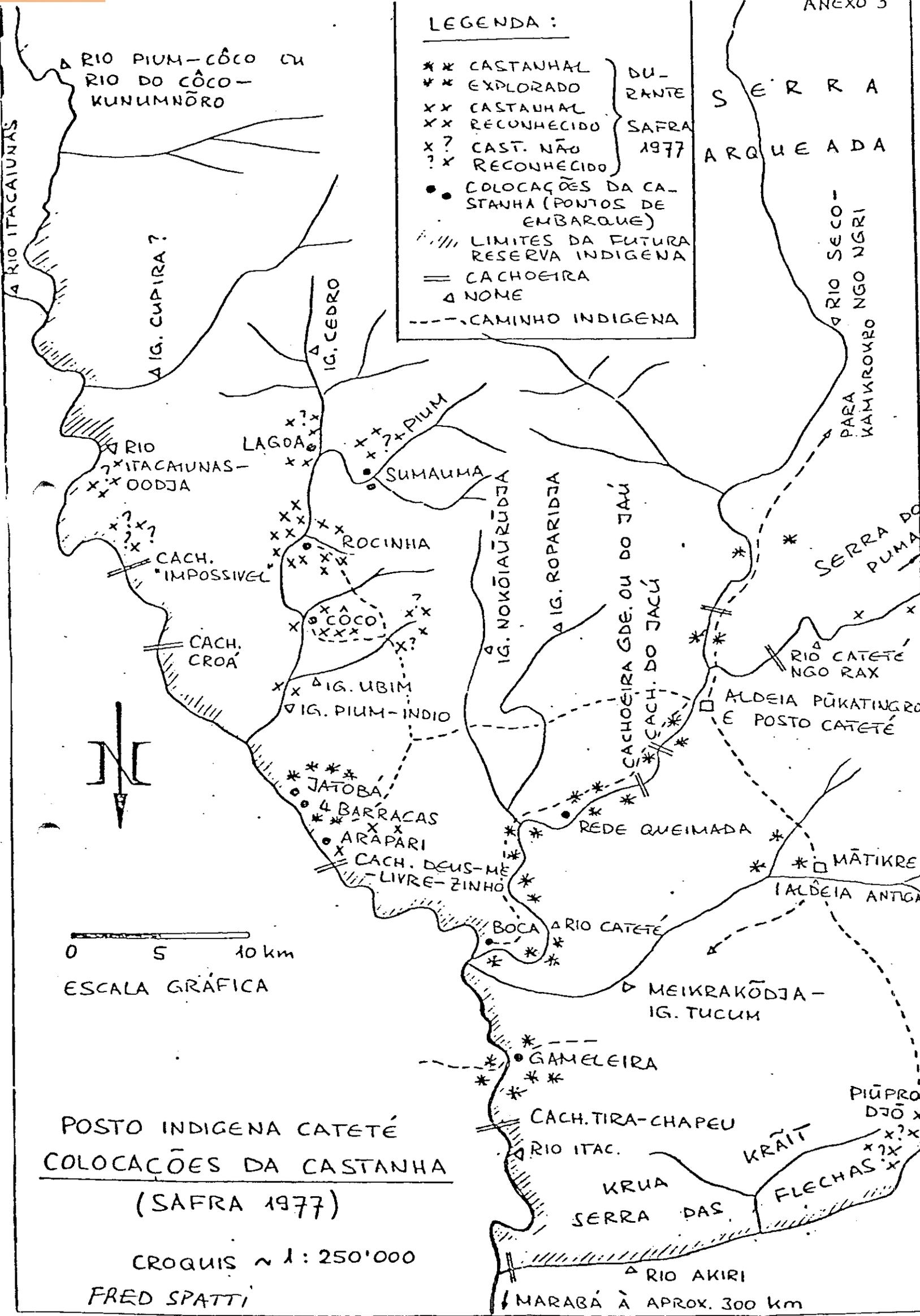


LEGENDA :

- ** CASTANHAL
- * * EXPLORADO
- xx CASTANHAL
- xx RECONHECIDO
- x ? CAST. NÃO
- ? x RECONHECIDO
- COLOCAÇÕES DA CASTANHA (PONTOS DE EMBARQUE)
- //// LIMITES DA FUTURA RESERVA INDIGENA
- = CACHOEIRA
- △ NOME
- - - CAMINHO INDIGENA

DU-
RANTE
SAFRA
1977

S E R R A
A R Q U E A D A



POSTO INDIGENA CATETÉ
COLOCAÇÕES DA CASTANHA
(SAFRA 1977)

CROQUIS ~ 1 : 250'000

FRED SPATTI

previsto evitando um trabalho penoso e improdutivo. Espera-se que a safra de 1982 seja boa, especialmente com a ajuda de 3 burros de carga. Para a safra, os barcos precisam estar em estado de funcionamento assim como os motores e não pode faltar combustível. O rio Catetê é navegável, com segurança 3 meses por ano (janeiro, fevereiro, março) época em que toda a castanha precisa ser transportada até o Itacaiunas.

A coleta da castanha nunca foi uma atividade sistemática no Catetê e nunca se desenvolveu em prejuízo de outras atividades como a caça, a pesca e a agricultura. Muitas famílias acompanham os homens durante a safra e passam a viver durante algumas semanas nos barracões dos castanhais, dando continuidade à vida familiar e às atividades de subsistência tradicionais da vida nômade.

A região de Marabá sempre foi grande produtora de castanha, especialmente após o ciclo da borracha (anos de maior produção 1950 a 1970) constituindo-se na principal fonte de riqueza da região. Em 1950, foram exportados mais de 160.000 hectolitros vendidos por 40 milhões de cruzeiros (valor da época) repartido quase que exclusivamente entre 30 exploradores de castanhais. Trinta beneficiados quando havia mais de 3.000 castanheiros trabalhando nos castanhais da região !

Em 1963, o valor dessa produção somou a quantidade de 468,7 milhões de cruzeiros, correspondente a 9.374 toneladas, figurando o Município em 19º lugar entre as comunas brasileiras. No auge do ciclo da castanha Marabá produzia uma

média de 250.000 hl por ano.

Hoje, porém, o município não produz mais do que 80.000 hl. A queda da produção de castanha data de 1970 para cá. As razões são várias. Com a abertura da Transamazônica, o município de Marabá passou por grandes transformações estruturais e a população, que era de 4.473 habitantes em 1940 e de 20.332 em 1960, passou a mais de 100.000 nestes últimos anos.

O novo surto de desenvolvimento da região, especialmente a mineração, Projeto Carajás e Garimpos importantes ofereceram novas oportunidades de trabalho, mais rendosas do que a cansativa coleta de castanha. Houve também a penetração das grandes fazendas e agropecuárias com grandes desmatamentos e a atividade extrativista da madeira acompanhada pela implantação de serrarias. Estas atividades econômicas desvalorizam a coleta da castanha por causa do preço baixo pago à mão de obra. A coleta da castanha é uma atividade que tem que ser feita à mão. Falta também qualquer incentivo para a continuidade desta atividade e as castanheiras vão desaparecendo da paisagem da região. A castanha, porém, continua com bom preço no mercado, por volta de Cr\$ 1.500,00 a 2.000,00 o hectolitro atualmente.

A castanha do Cateté é abundante e de boa qualidade. A castanha tem preço no mercado regional. Com a preservação ecológica da Reserva, as castanheiras também serão preservadas. Seria, ao nosso ver, recomendável incentivar a coleta de castanha entre os Xikrin, dependendo porém de um estudo sério da economicidade do empreendimento.

Uma parcela da verba do Projeto de Apoio poderia ser aproveitada para este levantamento, aproveitando-se acompanhar os Índios durante a próxima safra que se inicia em dezembro. Dever-se-ia avaliar o volume médio da produção em anos de safra; modo de transporte o mais econômico; abertura de estradas para burros e apoio de animais de carga; gastos gerais da safra; lucros previstos.

PROJETOS FUTUROS

Vide página 65 , Considerações Gerais e Recomendações.

PARTE II

A) A QUESTÃO DA TERRA

Tudo o que antecede veio mostrar a abrangência da ocupação territorial dos Kayapõ setentrionais, grupos em plena expansão, do Araguaia ao Tapajõs, ocupando vasta região dos Campos Gerais do Brasil Central e larga faixa de franja da floresta Amazônica.

O habitat tradicional dos Xikrin, ainda neste século, estendia-se das cabeceiras do rio Paraupebas e cabeceiras do rio Itacaiunas, até o rio Aquiri ao Norte, atingindo a oeste, a bacia do médio Xingu. Aí se instalou uma facção do grupo, às margens do rio Bacajã - onde até hoje reside.

Em 1964, os Xikrin do Catetê voltam à aldeia de origem às margens deste rio; recuperam-se de um abalo demográfico que os levara à beira da extinção e chegam a recuperar o controle sobre parte de seu território tradicional.

Desde 1970, com a abertura, na região, de estradas; o início de pesquisas mineralógicas; o aparecimento de inúmeras pistas de pouso em plena selva, construídas por companhias madeireiras e agropecuárias, era possível prever-se o início de mudanças na região.

A partir de 1975, porém, as transformações se aceleravam; os diferentes projetos tornavam-se mais visíveis, novas pessoas se aproximando. Havia acampamentos da DOCIGEO na boca do Aquiri e mais tarde, no Caldeirão (com estrada até a Serra Norte), que os índios começavam a frequentar. Em

1976, a INCO pesquisa na região do Puma, em área indígena com autorização da FUNAI e acompanhamento antropológico. Era, no entanto, o projeto da construção da PA 279, que ligaria a bacia do Araguaia à bacia do Xingu, o que mais nos preocupava.

Em 1974, começamos a definir com os índios os limites do território: as áreas ocupadas, as roças, os pontos de caça e coleta, as colocações de castanhais e áreas de perambulação. O chefe de Posto Fred Spatti calculou as coordenadas exatas. Foram elaborados relatórios para a demarcação correta da Reserva, a pedido do Presidente da FUNAI. Outras propostas, como a da 2a. DR da FUNAI de Belém e do Radam, serviram também de base para o grupo de trabalho da FUNAI, encarregado de formalizar a proposta definitiva para a demarcação. (Processo FUNAI: Portaria nº 018/P 17/01/1977).

As coordenadas exatas são as que constam do mapa nº 1, como proposta dos índios.

Em outubro de 1975, em reunião mantida em Brasília e da qual participavam o presidente da FUNAI, o diretor do DGPI, o diretor do DGPC, o procurador jurídico da FUNAI e eu mesma, são discutidos os limites da Reserva e chega-se a um acordo a este respeito.

Em 9 de dezembro de 1976, a FUNAI informa que a estrada PA-279 deverá ser o limite sul da reserva Xikrin, condição imposta pelo então Sr. Ministro do Interior. Assim, os Xikrin perdiam uma grande área ao sul, especialmente as cabeceiras dos rios Itacaiunas, Pium, Seco e Catetê, que banham o território indígena. Apreensivos diante do desenvolvimento

II - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

II.1 - Memorial Descritivo da Reserva Indígena CATEPÉ, da Fundação Nacional do Índio, localizada no Estado do Pará.

II.1.1 - Área: 409.300 ha

II.1.2 - Perímetro: 360.000 m

II.1.3 - Coordenadas da Aldeia: LONG. 50°47'25" WGr.

LAT. 6°15'20" S.

II.1.4 - Descrição:

NORTE: - Do ponto de coordenadas aproximadas 51°07'40" W e 6°11'42" S, situado na margem direita do Rio Aquiri, desce pela margem direita do referido Rio até a confluência com o Rio Itacaiunas.

LESTE: - Da confluência sobe o Rio Itacaiunas pela margem esquerda até a confluência com o Rio Pium; daí sobe o Rio Pium margem esquerda até a confluência com um igarapé sem denominação, na margem esquerda, sobe o referido igarapé pela margem esquerda até a intersecção deste com a PA-279.

SUL: - Da intersecção segue margeando a PA-279 no sentido do Conceição do Araújo/São Félix do Xingu até a intersecção com o Rio Catepé.

OESTE: - Da intersecção da PA-279 com o Rio Catepé, desce o Rio Catepé, pela margem esquerda até a confluência do correjo Babkamreti; daí segue por uma linha reta e seca na distância aproximada de 32 km até o ponto de coordenadas aproximadas 51°07'40" e 6°11'42" S, ponto inicial deste descritivo.

caótico na região do Sul do Pará e dos problemas fundiários e sociais ali existentes, em 5 de fevereiro de 1977, o Dr. João Paulo Botelho e eu mesma mandamos carta à FUNAI nos seguintes termos: "Aceitando que a estrada é uma realidade, pedimos que ela venha a passar o mais ao sul possível, isto é, a mais de 50 Km da aldeia atual. O nosso pedido tem por base o seguinte motivo: o rio Sêco não pode ser comprometido em sua integridade. Se isso acontecesse os índios o considerariam como uma in justificável agressão ao seu habitat tradicional".

Em 14 de junho de 1977 foi assinado o contrato Plantel/FUNAI para medição e demarcação da área. A 15 de setembro de 1977 é enviado à FUNAI um relatório de viagens de inspeção dos serviços de demarcação procedidos na área.

Em 21 de janeiro de 1978 a reserva Xikrin estava demarcada (vide mapa nº 2).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÁREA DEMARCADA

O LIMITE NORTE - MARCOS M1 a M9 e M1 a M2

A demarcação ao Norte, seguindo o rio Aquiri e a Nordeste, subindo o rio Itacaiunas, até a embocadura do Rio Pium - Côco, corresponde à proposta dos índios. Não há atualmente, invasores - visíveis de helicóptero - na área. Dizem, porém, que há garimpeiros entrando pelos igarapês e grotões, se gundo informações dos índios e do pessoal da Serra Norte e acampamento do Salobo (3 Alpha) da DOCIGEO quando encontrados pe los índios, são expulsos.

Na margem esquerda do Aquiri, em mapa do GETAT, consta uma "gleba Aquiri", mas nada pudemos apurar a respeito.

Entre o rio Aquiri e o rio Cinzento, porém, na região do rio Salobo, encontram-se vários acampamentos da DOCIGEO para pesquisa de cobre na área. A região ao Norte do Aquiri apresenta-se como futura área de mineração de cobre, a ser provavelmente explorada em grande escala.

É difícil prever como esta atividade mineral afetará os Xikrin. Por enquanto, os índios se deslocam por água até o antigo acampamento da DOCIGEO, à margem do Itacaiunas, no Caldeirão e, daí, seguem por estrada até o acampamento do Salobo ou, melhor ainda, até o N5 de Carajás, onde vendem artesanato, fazem compras, recebem alguns presentes e satisfazem a sua curiosidade.

O 3 Alpha, que visitamos no dia 07/07/82, é um acampamento com 60 pessoas, cujas atividades são a pesquisa mais detalhada da região. O 3 Alpha está a aproximadamente 60 Km da aldeia e a 30 Km do Limite Norte da Reserva. Outro local de pesquisa, chamado Bahia, está a uns 30 Km da aldeia em direção Nordeste, e ainda um pouco mais a oeste, o Azul, onde há ocorrência de manganês. Esta área de pesquisa é de aproximadamente 60 Km². Segundo o Sr. Wanderley Beisegel, da DOCIGEO, com quem conversamos em Belém, nada se sabe ainda com clareza e especialmente não se sabe com quem tudo isso vai ficar.

Concluimos, entãõ, que por enquanto ẽ difĩcil prever o futuro. Neste sentido, impõẽ-se a continuidade do assessoramento por parte de antropõlogos e outros especialistas que estãõ trabalhando com os Xikrin do Catetẽ.

ÁREA NORDESTE - SERRA CARAJÁS

Esta regiãõ faz limite com a ẽrea do Projeto Ferro-Carajãs, propriedade da Companhia Vale do Rio Doce . Alẽm da Mina e do Terminal da Estrada de Ferro, estã se desenvolvendo aĩ um nũcleo urbano, entre muitos outros, chamado N5. Deverã abrigar, a mẽdio prazo, mais de 20.000 pessoas. Por enquanto, possui hospital, supermercado e aeroporto para pouso de aviões a jato. Os ĩndios conhecem este nũcleo e planejam viagens esporãdicas visando a venda de artesanato e compras. Pouco mais sabem a respeito. Pouco mais sabemos, pessoalmente. Tudo indica que serã preciso um acompanhamento contĩnuo da situaçãõ.

O LIMITE NOROESTE - MARCOS M9 a M6

Existe um problema neste limite. No ato da demarcaçãõ foi cortada, inexplicavelmente, uma ẽrea de 13.000 hectares, que inclui o rio Bep-Kamrekti, ẽrea tradicional de caça e parte de Serra da Mutuca ou Puma onde, aliãs, foi realizada pesquisa mineralõgica em 1975 e 76 pela INCO, com autorizaçãõ da FUNAI. A Plantel tirou uma linha seca, reta, de 32 Km, do marco 9 a 6 e que nãõ corresponde ẽ realidade em termos de ocupaçãõ tribal e tampouco aos limites aceitos em Brasilia na reuniãõ de outubro de 1975. Os ĩndios nunca abri-

rão mão do rio Bep.Kamrekti, afluente da margem esquerda do rio Catetê e isto foi confirmado pelo ex-chefe de Posto, Fred Spatti que ali esteve com os índios, escrevendo o seguinte:

"Na região oeste, os grotões Bekuare e Bep-kamrekti de vem ser integralmente incluídos na futura reserva. É inadmissível traçar linhas secas entre as suas respec tivas cabeceiras, delimitando de forma que o índio ' nem conhece nem reconhece. Em vez disto, propõe-se se guir o ramal mais meridional do Rio Akiri até o seu fim, e de ligar este último ponto por linha seca com o começo do Rio Carapanã que desagua para SW, incluín do assim as bacias vertentes de Bekuare e Bep-Kamrekti na reserva"

Relatório da FUNAI - Anexo 2 - 29/01/1977. Eu mesma denunciei esta irregularidade (1981: 128).

Realmente o traçado que liga o Rio Aquiri ao Rio Catetê está errado: a picada deveria ter sido feita mais para oeste.

De maneira muito sintomática, já se instalou na região uma madeireira, a Campos Altos, com estrada até o Catetê e desmatamento visível de helicóptero à margem do rio. Possui também uma pista de pouso. Dizem os índios que o desma tamento é de grandes proporções, não tendo podido ser correta mente avaliado no sobrevôo que efetuamos da área. Como não podia deixar de acontecer, os índios visitaram a madeireira em 08/06/82, enquanto estavam caçando na área. A seguir, os rádios da FUNAI que relatam o episódio:

Rádio MAB - 36 - 100 09/06/82 09:23

"9 Índios saquearam as 15 horas de ontem acampamento pertencente firma Campos Altos situado a 5 Km distante da reserva indígena. Somente as 16:30 chegamos ao local acampamento, prosseguindo até a margem do rio Cateté. Os Índios tinham seguido em suas canoas seguindo para sua aldeia. Situação contornada com acampamento reabastecido. Outrossim informamos próxima semana enviaremos nota material, fim seja estudada forma pagamento. Benigno PVK".

MAB - 37 - 25 09/06/82 09:30 PI/Kateté

NR 4/2/AJAM de 09/06/82

"Solicito Vossa Sa. tentar impedir comunidade Cateté repetir tais acontecimentos fora área Reserva - Ajudância Marabá".

Este acontecimento precisa ser esclarecido. Como o limite Oeste foi erroneamente demarcado, a Campos Altos, apesar de fora da Reserva está, sem dúvida alguma, dentro da área indígena. Como acima citado, tanto o ex-chefe de Posto, Fred Spatti, como eu mesma afirmamos, em várias ocasiões, que os Índios nunca abrirão mão do Bekuare e Bep-Kamrekti, área de caça, coleta e pesca. Este ano ainda os Índios pretendem abrir uma roça naquele lugar.

É urgente que a FUNAI, diante do acontecido, demarque corretamente o limite, devolvendo aos Índios uma área que lhes foi retirada sem nenhuma justificativa. Neste

sentido, e para que tais acontecimentos não se repitam, insistimos em que as demarcações de terras indígenas sejam públicas, para evitar erros, mudanças de última hora, arbitrariedades e atos de corrupção. Essa medida permitirá também aos índios recorrer à assistência jurídica, caso necessário.

Precisa também ser esclarecido o que se entende por "saquear um acampamento", tal como informa o rádio do PVK e notícias veiculadas pela imprensa local (OLIBERAL - Belém 30/06/82). Os índios estavam em território indígena. Sabemos que os responsáveis pelo acampamento fugiram dos índios sem condições psicológicas de receber visitas e desconhecendo as regras do bom convívio. No acampamento abandonado, os índios pegaram cada qual um embrulho de açúcar, café, arroz e fumo. É possível que tenham levado consigo uma motosserra, ferramenta que sabem ser causadora de desmatamento de suas matas e redução da caça. Ela foi, ao que dizem, abandonada no caminho. Pelo menos, segundo o chefe de Posto, "por aqui ela não apareceu".

O LIMITE SUDESTE DO MARCO M5 a M6, AO LONGO DO RIO CATETÉ

No limite sudoeste, contíguo ao rio Cateté, está localizada a gleba Tucumã da Construtora Andrade Gutierrez área de 400.000 hectares com 3.000 colonos a serem assentados até o fim do projeto. Urge controlar e preservar com cuidado o rio Cateté e suas margens, de ambos os lados. Nesta área podem ocorrer invasões e desmatamentos indevidos, segundo afir-

mações de pessoas ligadas à própria Companhia. O Chefe do Posto de Vigilância do Katetê nos informou que o Rio Catetê já está totalmente poluído.

Neste sentido me proponho, durante o mês de dezembro, a percorrer a PA 279, fazendo um levantamento pormenorizado da situação; além disso, a percorrer o limite Oeste com o apoio da Andrade Gutierrez e manter contato com o responsável do GETAT em Serra Norte. A rápida colonização da gleba Carapanã - com uma extensão de 180 mil hectares, a oeste da Reserva - nos preocupa, já que até o final de 1983 serão assentadas 1.700 famílias. O Projeto Tucumã deverá ser um dos maiores fornecedores do Projeto Carajás.

E pela estrada de ferro de Carajás que será escoada boa parte da produção de Tucumã. Os realizadores do Projeto afirmam que o Projeto Carajás está "bem perto". Esquecem-se, porém, que entre os dois está a reserva Xikrin e que nenhuma estrada poderá, sob qualquer pretexto, cortar o território indígena.

O LIMITE SUL - MARCOS M5 a M4

Esta é a área mais problemática da Reserva.

ÁREA AO SUL DA PA 279

Na época da demarcação, em 1978, por ordem do próprio gabinete do Ministro do Interior, Sr. Rangel Reis, a estrada PA-279 deveria ser o limite sul do território Xikrin. Com isto, como já dissemos, os índios perderam a área entre o

traçado da estrada e as cabeceiras dos rios Itacaiunas, Pium, Sêco e Catetê, sendo que uma linha seca unindo estas cabeceiras é o limite correto (Mapa 1).

É difícil imaginar de imediato qualquer ação possível para reaver esta área, toda tomada, em grande parte desmatada com a implantação de fazendas e serrarias. Somos de opinião de que, no futuro, como vem acontecendo em casos semelhantes no Canadá e Estados Unidos, esta área poderá ser indenizada pelo Governo Brasileiro aos Índios Xikrin do Catetê.

ÁREA ENTRE A PICADA DE DEMARCAÇÃO E A ESTRADA

Ainda que a estrada, qualquer que fosse o seu traçado, devesse ser o limite sul, na verdade, a picada do limite passa a uns 7-8 Km mais ao Norte, isto é, segue uma das variantes, nos mapas da época, para o projeto de construção da estrada. Esta proposta foi posteriormente abandonada e a estrada seguiu outra variante. Desta forma, há uma faixa de terra entre a estrada e a linha de demarcação, ocupada, segundo os Índios, pela fazenda e serraria do Sr. Gilberto Telli e outros.

Sendo assim, parece-nos que, para a escolha da picada de demarcação, nos mapas, foi escolhida a alternativa de traçado mais setentrional. Deve ser esclarecido que, naquela época, em 1978, a construção da PA 279 tinha sido sustada por falta de verba. Quando as obras da estrada foram reiniciadas, ela veio a passar ao sul da demarcação, e também não se-

que um traçado reto.

Entendemos que a Estrada é o limite sul, qualquer que seja o seu traçado. As autoridades locais (avisadas na época pelo Chefe de Posto Fred Spatti, em carta mandada ao Prefeito do Município de Redenção, Pará e à Delegacia Regional da FUNAI em Belém em 24/07/77) assim como a FUNAI deveriam ter cuidado do assunto, na época, não permitindo instalações nas proximidades até a definição final do traçado da estrada. A construtora atual, Andrade Gutierrez, também deveria ter tomado as devidas providências.

A nossa proposta é que o Governo indenize os que se estabeleceram nesta área, e que a faixa seja decretada reserva ecológica, o que ajudaria a preservar a margem da estrada, caoticamente arrebatada; além disso ajudaria a preservar os rios que banham a Reserva. Ao longo da estrada há um grande número de serrarias que continuarão a retirar madeira da única área de floresta preservada: a área indígena.

A atividade madeireira não é aconselhável para os índios atualmente, porque não precisam dela, tendo à disposição outros recursos até mesmo para comercialização. O valor da madeira aumentará no futuro. A longo prazo, os Xikrin poderão aproveitar este recurso, instalando, se for o caso, a sua própria serraria com uma atividade madeireira controlada.

Existe, não muito afastado do limite sul, mas dentro da área, o único grande buritizal da Reserva, chamado Ngroa-onhõ-imõ (lagoa do Buriti) e que deve ser protegido, sendo o buriti matéria prima de muito valor para a fabricação de

inúmeros objetos inclusive artesanato comercializável.

Os dois problemas acima citados deverão ser devidamente avaliados pelos juristas. No momento, os índios Xikrin não possuem condições para resolver por si mesmos estes casos, ocupados que estão com outros problemas, e em estágio aculturativo insuficiente para por si mesmos levarem adiante um processo jurídico. No futuro, porém, entrarão com o caso na justiça.

A FAZENDA GRÃ REATA, DA PAU D'ARCO, CHAMADA PELOS ÍNDIOS DE FAZENDA DO CARDOSO

Esta fazenda, de propriedade de um grupo de pessoas (dos quais os mais conhecidos são um tal de Laudelino Hannemann e o encarregado da fazenda, o Sr. Cardoso), está totalmente encravada dentro da área indígena (Vide mapa 3).

Foi efetuado um imenso desmatamento para pastagens, de mais de 6 Km de comprimento, segundo pudemos observar de helicóptero. O desmatamento foi efetuado, segundo informações do CSN (JB- 17/09/80) com defolhantes que provocaram cegueira em jabotis e macacos e, nos índios, inflamação de gânglios.

Os donos desta fazenda usaram de todos os meios para conseguir ficar na área:

Em 1976, a nível do DGPI da FUNAI em Brasília e de funcionários da 2a.DR da FUNAI em Belém, tentam influir para que a área seja reduzida ao Sul. Manobra mal sucedida.

Depois de demarcada a Reserva, persistem em realizar suas pretensões: invadem uma área e começam a retirar madeira, abrem uma estrada, instalam serraria e fazem circular um mapa falso da FUNAI, com uma picada pretendida e por eles estabelecida, reduzindo a Reserva de um terço e chegando mesmo a arrancar os marcos da demarcação. Estas irregularidades estão denunciadas em vários relatórios (Relatório enviado pelo Sr. Delegado da Polícia Federal ao Coordenador Regional Policial em 20/07/79 - Relatório do grupo de trabalho FUNAI, agosto de 1979 - Lux Vidal 1981: pp. 125-133).

Os Índios, irritados, em agosto de 1980, aprisionaram duas vezes os invasores de suas terras, que foram libertados apenas quando da chegada do Delegado da FUNAI. Os Índios tomaram tal atitude em represália às constantes derrubadas de madeira no interior da reserva.

O litígio entre a FUNAI e o fazendeiro agravou-se em agosto de 1980, quando o Delegado da Fundação no Pará, Paulo César Abreu, retirou homens e equipamentos da fazenda Grã Reata e exigiu que ela abandonasse a reserva. Com o auxílio da Polícia Federal, o delegado apreendeu toras de madeira e impediu a continuação dos trabalhos. Segundo um levantamento feito pelo IBDF, 30 mil árvores já tinham sido derrubadas em território indígena, significando uma perda mínima de 60 mil metros cúbicos que, a 6 mil cruzeiros cada, representariam um prejuízo de 360 milhões de cruzeiros para os Índios (Estado de Minas 14/06/81). Em junho de 1981, todos são surpreendidos, Índios, funcionários locais da FUNAI e indigenistas, do

arrendamento, por um ano, aos índios, de uma área de pastagem dentro da Reserva (vide recortes de jornais, página anexa).

O arrendamento, através de uma "Transação extra-judicial" de uma parcela da área indígena, válido por um ano, é fato totalmente inédito e irregular. A história do que ocorreu foi-nos contada por um jornalista que esteve presente na ocasião. Em 1981, o Presidente da República e sua comitiva visitam Marabá, por ocasião de uma exposição de gado. Os proprietários da Grã Reata conseguem uma aproximação e, através do Ministro da Agricultura, obtêm um certo apoio a suas pretensões. Conseguem, assim, através de pressões exercidas em escalões superiores do Governo Federal, o arrendamento válido por um ano de 05/06/81 a 05/06/82 de uma extensa área de pasto e a entrada de 500 cabeças de gado, pela indenização, quase que simbólica de Cr\$ 40.000,00 mensais.

Localmente, tanto os índios (que estavam na época no Posto de Vigilância) quanto o responsável pelo Posto de vigilância, o Chefe de Posto do Catetê e o Chefe de Ajudância se opuseram à entrada do gado na área. Devido a ordens superiores, porém, o chefe da Ajudância deslocou-se até a aldeia, informando os índios sobre o arrendamento. Disse também que havia ordens de que eles não atacassem. O Chefe Buatie acabou cedendo e o Chefe Bemoti, de noite, no Conselho, declarou que tinha entendido que o gado seria propriedade dos Xikrin !

Quanto ao paradeiro do dinheiro deste arrendamento, ninguém nos soube informar. Nem os índios, nem o Chefe de Posto, nem o Chefe da Ajudância de Marabá. Também ninguém

(28/05/81)

"FAZENDEIRO TEIMA EM MANTER SUA FAZENDA NA RESERVA
DOS XIKRINS"

BELEM (AGS) - Os proprietários da Fazenda Grã-Reata, instalada dentro da Reserva Indígena Xikrin, no Pará, estão tentando, através de habeas corpus impetrado na Justiça Federal, voltar a ter domínio sobre uma área de 30 mil hectares situada no limite - sul da reserva. A questão entre os índios e os invasores começou no ano passado, quando a FUNAI identificou vários desmatamentos no interior da reserva, que fica nas proximidades da Serra dos Carajás, a maior delas praticada pela Grã-Reata. Na ocasião, mais de mil árvores derrubadas foram apreendidas pelos índios, que chegaram também a aprisionar funcionários da fazenda.

Os proprietários obtiveram liminar da Justiça contra a FUNAI, que, no entanto, conseguiu derrubar a medida com um mandado de segurança. Desde então, o órgão mantém um posto de vigilância na entrada da reserva: além da fiscalização dos funcionários, também os índios fazem a vigilância do local. Recentemente, eles impediram que a Grã-Reata colocasse quinhentas cabeças de gado na área, apesar das terras estarem subjudice. A FUNAI também está ingressando com um pedido de reintegração de posse para afastar de vez o fazendeiro da reserva. Ele se antecipou com o pedido de habeas-corpus contra qualquer decisão do delegado-regional, Paulo César Abreu, que ainda não foi citado na ação.

O Delegado diz que as pretensões do grupo da Grã-Reata são inadmissíveis, "porque a reserva já foi totalmente demarcada e está bem caracterizada a invasão". Ele acrescenta que a pronta ação da FUNAI em defesa dos Xikrin tem mantido os índios sob controle.

JORNAL ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG (14/06/81)

"FUNAI DEIXA GADO INVADIR RESERVA INDÍGENA"

A FUNAI autorizou que 500 cabeças de gado de propriedade do fazendeiro Laudelino Hanemann penetrassem no interior da reserva indígena Xikrin, no Parã. A autorização foi dada pela presidência do órgão, depois que o fazendeiro apelou para o Ministério da Agricultura, pedindo sua interferência junto ao Ministério do Interior e à FUNAI. Alegou Hanemann que o rebanho que estava na área, depois de ter sido transportado de grande distância, e a proibição à sua entrada nas pastagens formadas pela fazenda dentro da reserva, causariam a morte dos animais, que já estavam sendo atacados pela aftosa.

O litígio entre a FUNAI e o fazendeiro agravou-se em agosto do ano passado, quando o delegado da Fundação do Parã, Paulo César Abreu, retirou homens e equipamentos da fazenda Gran-Reata e exigiu que ela abandonasse a reserva. Com o auxílio da Polícia Federal, o delegado apreendeu toras de madeira e impediu a continuação dos trabalhos. Segundo um levantamento feito pelo IBDF, 30 mil árvores já tinham sido derrubadas em território indígena, significando uma perda mínima de 60 mil metros cúbicos (que, a seis mil cruzeiros o metro cúbico, representaria um prejuízo de 360 milhões de cruzeiros para os Índios).

sabia como os índios seriam indenizados pela grande quantidade de madeira retirada da área.

A FUNAI sempre se coloca como a única distribuidora de recursos, não esclarecendo aos índios a quantia exata, a proveniência e destino de tais recursos e o fato de que são de propriedade exclusiva dos índios.

FEVEREIRO DE 1982

Desde a implantação do Projeto Ferro-Carajás é sabido de que o Banco Mundial, que financia parte dos recursos necessários ao desenvolvimento do Projeto, coloca algumas exigências no que se refere às áreas indígenas afetadas; além de um programa de apoio sócio-econômico, coloca como prioritário a demarcação das reservas, a garantia das terras e a retirada de invasores.

Em fins de 1981, os fazendeiros - da Grã Reata recorrem a mais um estratagema. Os dois chefes da comunidade Xikrin, são chamados à 2ª. Delegacia da FUNAI, em Belém, onde o Delegado lhes transmite uma proposta dos fazendeiros, totalmente irregular: a de ceder aquelas terras em troca de 32 itens (5 voadeiras, redes, roupas, motoserra, etc..). Não é concebível, ao nosso entender, que tal negociação tenha ocorrido na própria Delegacia da FUNAI, sendo que este órgão deveria ter sido o primeiro a se opor a uma tal transação.

Quando os líderes voltaram à aldeia, um tanto impressionados com a oferta de tantos presentes (que deseja -

vam, mas se provenientes da FUNAI), a comunidade se revoltou ao ponto de criar uma situação bastante explosiva.

Diante dos acontecimentos, em fevereiro de 1982, a FUNAI manda o antropólogo Miguel Vicente Foti ao P.I. Katetê para elaborar um parecer. Durante os 7 dias de sua missão, este confirma a irregularidade desta proposta de transação extra-judicial; explica que os líderes indígenas entenderam que os presentes seriam o que eles gostariam de receber da FUNAI e que os Xikrin nunca abrirão mão de qualquer parcela de seu território demarcado. Sobrevoando a fazenda Grã - -Reata, o antropólogo informa que há mais de 3.000 cabeças de gado na área e que os desmatamentos tinham aumentado em grandes proporções, desmatamento não acusado antes de fevereiro de 1981 pela imagem Land-Sat. (Relatório Miguel Foti-18 fevereiro 1982 - Brasília). Os índios, segundo eu mesma constatei, estão decididos a agir para reaver a área invadida, caso a FUNAI não resolva o problema em breve. O chefe Buatie nos disse textualmente "Morre índio, morre branco, mas a terra é nos sa".

Em 29/05/82 o Estado de São Paulo publica a seguinte nota:

"FAZENDEIRO TIRA SEU REBANHO DA RESERVA XIKRIN"

Do correspondente em Belém

O fazendeiro Laudelino Hanemann já retirou da reserva indígena do catetê, no Pará, as 500 cabeças de gado que há um ano havia introduzido nas terras dos Xikrin com a autorização da FUNAI. A informação foi dada ontem, em Belém, por um porta-voz do fazendeiro. Ele disse que Hanemann tomou a decisão antes mesmo de vencer o prazo de um acordo extrajudicial firmado com a FUNAI, que há dois dias enviou-lhe um ofício com a comunicação de que o prazo não seria prorrogado e ele teria de retirar o rebanho.

A autorização foi dada depois que os próprios índios Xikrin, que habitam uma região próxima à serra dos Carajás, impediram a entrada do gado em suas terras, onde o fazendeiro havia formado pastagens e derrubado árvores. Hanemann pediu a interferência do Ministério da Agricultura, alegando que se não pudesse se alimentar, o gado, já atacado de febre aftosa, morreria.

É possível que agora, com a retirada do rebanho, a FUNAI decida também desalojar o fazendeiro do interior da reserva, que ocupa 440 mil hectares. A fazenda Gran-Reata, segundo os sertanistas, está totalmente encravada, com seus 30 mil hectares, na reserva. Mas Hanemann alega que a delimitação feita pela FUNAI está errada. A disputa deverá ser decidida no Tribunal Federal de Recursos, onde tramita um processo.

Antes de minha viagem à área, em fins de junho de 1982, o Sr. Presidente da FUNAI, me enviou um ofício do advogado dos fazendeiros da Grã Reata - datado de 31/05/82, Belém, onde este afirmava que as 500 cabeças de gado bovino já haviam sido retiradas.

Ora, no dia 6 de julho de 1982, em helicóptero da DOCIGEO e acompanhada de um funcionário da Companhia Vale do Rio Doce, sobrevoamos grande parte da reserva e sobretudo o limite sul, com pouso no Posto de Vigilância PVK, situado no limite da reserva, na estrada que leva à fazenda. Observei o seguinte:

Há duas imensas glebas de pastagens, totalmente desmatadas e visivelmente dentro da área (mapa 3). Havia grande quantidade de gado em dois locais da fazenda. Em uma das glebas havia construções.

No posto de Vigilância, o funcionário Sr. Benigno, informou-nos que nenhum gado tinha sido retirado da fazenda e de que mais de 3.780 cabeças de gado se encontravam na área, sem que os fazendeiros estivessem com intenção de retirá-los ou eles mesmos saírem da área.

Quando estivemos em Belém, no dia 23/07/82, o delegado nos cedeu um mapa que indica bem as dimensões da invasão, com serraria instalada (Vide mapa 3). Corre o boato de que haveria pistoleiros na fazenda e de que os peões trabalham em regime de barracão. Disseram-nos que por ocasião da entrada do gado, fazendeiros vizinhos teriam oferecido as suas pastagens, oferta que o proprietário da Grã Reata teria recusado

dizendo: "Ou o gado entra em terra indígena ou morre". Em 26/07/82, logo após a nossa chegada em São Paulo, informamos por telefone, o Cel. Tancredo, do Gabinete da Presidência da FUNAI em Brasília, dos riscos de um confronto.

O BICO SUDESTE, NA ÁREA DO MÉDIO RIO PIUM CÔCO -
MARCOS M4 a M3

Esta área não foi demarcada segundo o mapa descritivo da FUNAI (Mapa 2). O limite sudeste deveria ser o cruzamento da estrada PA 279 com o rio Pium Côco. O limite porém, passa mais ao norte, ao longo do Igarapé "de nome desconhecido", mas que os índios denominam Kengoiadjei, o que provoca entradas pelo rio Pium Côco até a boca deste rio com o Itacaiunas. Esta área deverá ser também cuidadosamente controlada, já que houve no passado muitas tentativas de invasão, na direção oeste-este, isto é, do Pium Côco até a Serra do Puma.

Os índios dizem que garimpeiros sobem regularmente os rios Pium e Itacaiunas e devem ser também constantemente retirados da área.

A POLUIÇÃO DAS CABECEIRAS DOS RIOS QUE BANHAM A RESERVA
XIKRIN

O que nos causa grande preocupação é o contexto ecológico criado ao sul da estrada, região das cabeceiras dos rios Itacaiunas, Pium, Sêco e Catetê, que constituem o coração da Reserva. Os índios pescam e se banham nestes rios e bebem as suas águas. É uma tradição dos índios manter a água

limpa, não jogando detritos nela. A água e os rios são também altamente valorizados nos mitos e na cosmologia, pontos de referência para o próprio surgimento da vida e de sua adequada renovação cíclica.

Com a construção da estrada, as cabeceiras destes rios ficaram fora da reserva. Segundo os regionais e o Chefe do Posto de Vigilância, estes rios estão sendo pesadamente poluídos pelas fazendas e a implantação de núcleos de colonização na região. É imprescindível realizar um levantamento preciso da situação e elaborar uma proposta de preservação e controle das cabeceiras e margens destes rios.

Estas pesquisas poderiam estar a cargo de uma comissão IBDF, CNPq, Universidade Federal do Pará, USP e CVRD, tendo como base o Centro de Pesquisa a ser estabelecido em Serra Norte. É importante também a colaboração de juristas.

A ALDEIA NOVA: KAMKROKRŌ

O desejo de construir uma segunda aldeia data de pelo menos seis anos. O lugar escolhido continua o mesmo, desde 1976: Kamkrokrŏ, à margem do médio rio Sêco, a uns 25 - 30 Km ao sul da aldeia do Catetê. A região escolhida é uma das áreas mais apreciadas pelos Xikrin, pela sua beleza, segundo os Índios, e pela riqueza em recursos naturais, especialmente durante os meses do verão.

Atualmente, a cisão dos Xikrin em 2 grupos e a construção de nova aldeia, com área já desmatada e roças cons

tituidas, é iminente. A realização deste projeto foi ultimamente sustado pela FUNAI, à espera de subsídios financeiros para a implantação de infraestrutura (Posto, pista de pouso, enfermaria e recursos humanos) necessárias para a mudança definitiva. Mesmo assim, o deslocamento de umas 100 pessoas para o Kamkrokrō não poderá ser sustado por muito tempo.

A nova aldeia, que visitei no mês de julho de 1982, acompanhada pelo Chefe de Posto, Roberto Lima Costa e uma família de índios é acessível no inverno por barco de pequeno porte. No verão somente o seria por via aérea, sendo imprescindível a construção de uma pista de pouso e a permanência de um enfermeiro no local. Do ponto de vista da organização social, duas aldeias menores funcionam melhor do que uma muito grande. Outrossim, estimula a competição e cooperação assim como a curiosidade, satisfazendo assim certas necessidades da convivência, como visitas e trocas, diminuindo os possíveis passeios para a estrada e os povoados da região.

Sem dúvida, a maior aproximação com a estrada e os novos núcleos de colonização pedem, por parte da FUNAI, cuidados especiais. Mas o contato é inevitável. Estamos convencidos de que com uma infra-estrutura adequada, boa saúde, alimentação e a possibilidade de adquirir um mínimo de bens industrializados, não há razões para maiores preocupações.

Hoje, os índios estão muito mais conscientes da situação na qual se encontram e um programa de educação adequado poderá ajudar muito neste sentido. A fase de contato

indiscriminado está superada; os índios estão vacinados e podem contar com o apoio administrativo da FUNAI.

B) PROJETOS FUTUROS

Além dos projetos da FUNAI descritos acima, e com vistas ao Programa Especial de Apoio às comunidades afetadas pelo Projeto Ferro-Carajás, indicamos a seguir projetos imprescindíveis e que deverão ser atendidos prioritariamente e projetos que precisarão de orientação adequada e que deverão ser implantados a médio e longo prazo.

1. PROJETO TERRA

Limpar as picadas demarcatórias, corrigir erros de demarcação. Retirar os invasores. Colocar placas e informar a população da região, através do GETAT, dos limites da Reserva. Preservar as cabeceiras dos rios.

2. PROJETO POSTOS DE VIGILÂNCIA

Criar, temporariamente, mais 2 postos de vigilância, um a oeste, na região entre os marcos 6 e 9 e outro a leste, às margens do rio Pium Côco. Infra-estrutura necessária.

3. PROJETO ALDEIA NOVA

Infra-estrutura de Posto, Enfermaria, Pista de Pouso, Recursos humanos. Este projeto deve ser orientado e acompanhado pelos próprios índios.

4. PROJETO SAÚDE

A Cargo do Prof. Dr. João Paulo Botelho Vieira
Filho (vide relatório Saúde)

1. PROJETO POSTO NOVO DA ALDEIA P.I. KATETÉ

- 1 Casa do Posto, de alvenaria com teto de telha (tijolo e telha fabricato no Catetê)
- 1 Enfermaria de ótimo padrão (vide projeto saúde)
- 1 Farmácia
- 1 Casa de alojamentos
- 1 Casa de motor
- 1 Casa de farinha - Catetu e 2 fornos
- 1 Poço amazônico - Encanamento até a aldeia com 4 torneiras
- 1 Casa que pode servir como infra-estrutura para o Projeto Educação
- 1 Barco de 2 toneladas e motor
- 1 Motor 25 Hp
- 1 Voadeira
- Canoas

2. PROJETO MUNIÇÃO

Os índios necessitam de cartuchos para caça e de anzóis e linha para a pesca. Remessa bi-mensal.

3. PROJETO MANUTENÇÃO DA PISTA

(Não aumentar a pista) pagar os índios por este serviço.

4. PROJETO CASTANHA

Precisa ser bem planejado

5. PROJETO POMAR

A cargo de Roberto Lima Costa

6. PROJETO PASTAGENS

Este projeto iniciado pela FUNAI em 1982 deverá ser cuidadosamente avaliado. Prosseguir para a 2a. etapa (construção de curral, compra de gado e manutenção do projeto) se houver motivação por parte dos índios. Atualmente não precisam nem de leite nem de carne bovina.

7. PROJETO EDUCAÇÃO

A nossa proposta é um projeto de Educação a ser apresentado separadamente.

Desde 1975, em várias ocasiões, uma professora da FUNAI tentou dar aula de alfabetização no P.I. Cateté, sem nada conseguir, a não ser alguns rapazes que sabem escrever o seu nome.

Caso a FUNAI autorize e com apoio financeiro do Projeto Ferro-Carajás, iniciariamos, com equipe da Universidade de São Paulo, um programa e orientação para um projeto amplo de educação.

Continuar a dar aulas nos moldes tradicionais da FUNAI é perda de tempo e dinheiro. Os professores são to-

talmente despreparados, sem conhecimentos antropológico, linguístico e pedagógico adequados.

Devo dizer, no entanto, que no caso da Profa. Fátima do P.I.Katetê, ciente de suas limitações, e ciente da eficácia da educação tradicional Kayapô, nunca interferiu indevidamente na vida do grupo.

8. PROJETO ARTESANATO

Este projeto a ser também elaborado separadamente, está intimamente ligado ao Projeto Educação. Deverã considerar as possibilidades do mercado, a qualidade do artefato, o controle dos preços, os recursos em matéria prima e a proteção ao meio ambiente, especialmente com relação às penas de aves.

9. RECURSOS HUMANOS

Recomendamos a permanência e efetivação no cargo do atual responsável pelo P.I.Katetê, Roberto Lima Costa, que nos parece possuir as qualidades necessárias para atender às necessidades dos índios e possibilitar o bom funcionamento do Posto.

Um enfermeiro qualificado.

Na época da implantação do Projeto Educação, uma professora trabalhando sob orientação de uma equipe da USP.

Um braçal para cada posto.

Um piloto de barco durante a época da safra da castanha.

Dois responsáveis pelos postos de vigilância a serem implantados.

Temporariamente 2 oleiros, que já se encontram no P.I.Katetê para fabricação de tijolo e telha.

Formar, paulatinamente, um monitor indígena de saúde e educação.

10. PROJETO ACOMPANHAMENTO

Visitas periódicas ao P.I.Katetê e Kamkrokrõ de médicos da Escola Paulista de Medicina, de dentistas e de antropólogos.

PARTE III

CONSIDERAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

Com base no que foi apresentado neste relatório, pede-se que o Projeto de Apoio elaborado pela Fundação Nacional do Índio seja reelaborado e que sejam introduzidas as alterações necessárias.

Considerando:

- a) A história e o modo de vida Xikrin;
- b) O aumento populacional da comunidade;
- c) A construção de nova aldeia;
- d) As necessidades de subsistência tradicionais;
- e) As possibilidades de desenvolver no futuro novas atividades para o consumo interno e a comercialização.

Considerando, por outro lado:

Os projetos agropecuários; as madeireiras e as atividades de mineração implantados na região

Recomenda-se como objetivos prioritários do Projeto de Apoio:

- A) A preservação das terras, isto é:
 - Reavivar as picadas e os marcos demarcatórios da Reserva.
 - Corrigir os erros da demarcação
 - Retirar os invasores
 - Preservar o equilíbrio ecológico do território indígena, evitando desmatamentos desnecessários assim como a poluição dos rios;

- Colocar mais dois Postos de Vigilância, sendo que um, a leste, poderia ficar a cargo da Companhia Vale do Rio Doce.

Este aspecto, relacionado à proteção das terras, e, ao nosso entender de suma importância, não possui destaque no Projeto da FUNAI.

Por exemplo, no Projeto de Apoio da FUNAI consta uma verba para a demarcação da Nova Aldeia, quando esta se encontra dentro da Reserva Indígena! Tem-se a impressão que os responsáveis pelo Projeto de Apoio da FUNAI desconhecem a área.

B) A segunda questão prioritária é aquela relativa à saúde (Vide relatório do Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho).

C) Queremos enfatizar mais uma vez que qualquer projeto econômico a ser implantado no P.I. Katetê deverá corresponder às necessidades reais da comunidade e deveriam ser avaliadas as condições para a realização do projeto pelos índios, evitando-se uma indevida interferência nas atividades cotidianas do grupo. Uma repentina disponibilidade de recursos, inexplicável para os índios, não poderá justificar mudanças indevidas impostas por decisão da FUNAI nem a implantação de projetos econômicos arbitrariamente implantados. Pelo contrário, os índios devem ser estimulados a continuar a desempenhar as suas atividades tradicionais, a não mudar os seus hábitos alimentares, comprovadamente saudáveis e a não depender de pessoas estranhas à comunidade.

Geralmente, os economistas da FUNAI elaboram projetos sem conhecimento adequado das situações específicas. Conforme a disponibilidade de uma verba, pede-se aos funcionários locais que apresentem prē-projetos a serem aprovados pela ASPLAN, em Brasília. Desta forma, impõe-se um projeto que os índios são levados obrigatoriamente a aceitar. É assim que se iniciou o projeto pastagens no P.I.Katetē.

Os recursos a serem alocados pelo Projeto de Apoio não poderão vir a reforçar esta tendência. Estes recursos, se criteriosamente aplicados, poderão trazer alguns benefícios aos Xikrin, mas de maneira alguma deverá ser criada uma situação que aumente uma dependência pela qual ninguém poderá se responsabilizar no futuro.

Ficou claro no presente relatório, de cunho especificamente antropológico, que os Xikrin são um grupo autenticamente indígena, cujos padrões de organização social, econômica, política e religiosa tradicionais são plenamente operantes. Houve mudanças, como ocorre em qualquer sociedade humana e, em certas épocas, viveram experiências penosas devido ao contato indiscriminado com a sociedade nacional mas não houve destruição da cultura Xikrin e durante 18 anos, desde 1964, vêm sendo amparados para que isto não aconteça.

Não se pode aceitar, para citar somente um exemplo, que seja implantada no P.I.Katetē, como indicado no Projeto de Apoio da FUNAI, uma "Cantina Reembolsável", empreendimento sabidamente nocivo aos índios. Um projeto desta natureza tornaria a comunidade cada vez mais dependente da

FUNAI e de produtos desnecessários que apenas esporadicamente adquirem; estimula, outrossim, a necessidade de ganhar dinheiro a qualquer custo, acarretando mudanças prejudiciais.

Neste sentido, é imprescindível o acompanhamento antropológico durante a implantação do Projeto.

D) No que se refere aos impactos do Projeto Ferro-Carajás e Grande Carajás sobre a área indígena, estes, que aumentarão com o tempo, deverão ser avaliados e controlados à medida que se concretizam as mudanças na Serra Carajás e nas áreas afetadas pelo Projeto.

Neste sentido, de modo genérico e preventivo, pode-se, pelo menos, estipular as recomendações seguintes:

Evitar a poluição do meio ambiente assim como o desequilíbrio ecológico da região.

Não permitir desmatamento para a produção de carvão na Reserva indígena.

Proibir pesquisa mineralógica e garimpagem na Reserva.

Não permitir a construção de estrada na Reserva.

Vetar qualquer atividade turística entre os Xikrin.

E) É imprescindível não estimular a entrada de pessoas estranhas à comunidade e restringir ao mínimo o número de funcionários da FUNAI.

O Projeto Educação deverá ter assessoria de equipe da Universidade de São Paulo.

Para concluir, estamos persuadidos que com o tempo, os Xikrin, preservado o seu Território, tornar-se-ão um agrupamento humano importante na região, com cultura e identidade própria. Um grupo diferenciado, mas graças a um desenvolvimento paulatino, contribuindo para a estabilidade e riqueza de uma região da qual já foram, em outros tempos, os únicos donos. E ninguém melhor do que eles, que até hoje tudo preservaram, para lembrar-nos a justa medida das coisas, o que se pode esperar da natureza e dos seres humanos, se estamos, eles e nós, decididos a sobreviver.

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO A SER SOLICITADO AO PROF. CARLOS FREDERICO MARÊS DE SOUZA, PROCURADOR DO ESTADO DO PARANÁ E ASSESSOR JURÍDICO DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO

De acôrdo com a constituição brasileira e a legislação vigente com relação aos povos indígenas, pedimos que nos sejam esclarecidas quais as medidas legais cabíveis nos casos aqui enumeradas:

- Diminuição da área do habitat tradicional para a demarcação da reserva;
- Demarcação errada em certos trechos;
- Invasões da área;
- Arredamento extra-judicial de terras indígenas por parte da FUNAI;
- Desmatamento e retirada de madeira de área indígena. Como proceder para uma justa indenização, se as terras são da União mas os índios são os únicos donos das riquezas existentes na Reserva.
- Legislação referente à poluição das cabeceiras dos rios que banham uma reserva indígena.
- No que diz respeito aos recursos liberados para o Projeto de Apoio: os índios não foram informados das razões da existência deste Projeto e não participaram de sua elaboração. Eles estão sendo levados a acreditar que nada está acontecendo e que a FUNAI é quem lhes conseguiu estes recursos (Abuso da tutela).

B I B L I O G R A F I A

FRIKEL, Protásio.

1963 "Notas sobre os Xikrin do Catetê", in Revista do Museu Paulista, n.s., XIV;

1968 "Os Xikrin, Equipamento e técnicas de subsistência" Belém. Pará.

FUERST, René

1964 "La peinture collective des femmes Xikrin" in Beitrage zur Volkerkunde Sudamerikas. Hannover. Band I.

BOTELHO, VIEIRA Fº João Paulo

(Vide relatório Saúde)

CARON, Frei José

1971 "Curê d'Indiens" Union Générale d'Editions

FUNAI, processos

3577/81 02102/77 1991/81 4692/77 2882/74

1547/75 003640/77 3776/79 04631/76 2645/75

MI/DCA/BSB/76 15047 MI/DCS/BSB/76 12805 01754/76

BARRUEL DE LAGENEST, H.D.

1958 "MARABÁ, Cidade do diamante e da castanha" Editôra Anhambi, São Paulo.

SPATI, Fred

- 1977 "O Ano Xikrin" Compilação de relatórios referentes a tribo Xikrin - FUNAI.

VIDAL, Lux

- 1977 "Morte e Vida de uma Sociedade Indígena Brasileira" Hocitec-EDUSP - São Paulo
- 1978 "A pintura corporal entre Índios Brasileiros" Rev. de Antropologia, 21 (1a.parte) São Paulo.
- 1980 "Catálogo da Exposição "Arte Plumária do Brasil"". São Paulo. Museu de Arte Moderna.
- 1981 "Contribution to the Concept of Person and Self in Lowland South American Societies" Coleção Museu Paulista - Série Ensaios, vol. 4
- 1981 "Pequeno guia prático de como invadir uma área indígena.." Cadernos da Comissão Pró-Índio II, A Questão da Terra. Global Editora.
- 1974-1982 Cartas e Relatórios enviados a Fundação Nacional do Índio, Brasília.

LEVANTAMENTO DE CASAS - XIKRIN, CATETÉ - Julho 1982

262 pessoas - 19 casas - 48 famílias nucleares -
Habitantes por casa: A-25 B-19 C-14 D-12
E-14 F-9 G-23 H-14 I-21 J-17 K-9
L-15 M-9 N-8 O-7 P-11 Q-17 R-7 S-11

CASA A - 5 famílias - 25 pessoas

- 1 ATORO
- 2 KAPŌT NHŌ DJO
- 3 KENKRO
- 4 KUKOIPATI
- 5 BEP DJO

CASA B - 4 famílias (2-2) - 19 pessoas

- 1 KIKRE
- 2 EKAIĒ
- 3 IKRURE
- 4 KOIRE

CASA C - 3 famílias - 14 pessoas

- 1 BEBATI
- 2 KUKRĀ-E
- 3 NHIOK-BEITI

CASA D - 3 famílias - 12 pessoas

- 1 ANO-URE
- 2 BEP-KRETUI
- 3 KRUPI DJO

CASA E - 3 famílias - 14 pessoas

- 1 MATIRI
- 2 MRŌTUK
- 3 KATEN DJO

CASA F - 1 familia - 9 pessoas

1 JOARES

CASA G - 4 familias - 23 pessoas

1 PIUDJO

2 TEDJIRE

3 DJORE

4 MARANHÖPARE

CASA H - 2 familias - 14 pessoas

1 TEPTÖ

2 PUKADJUA

CASA I - 4 familias - 21 pessoas

1 BUATIE

2 ROP-KRORI

3 WEWE-RE

4 UDJORE

CASA J - 2 familias - 17 pessoas

1 AOKRE

2 KENPOTI

CASA K - 2 familias - 9 pessoas

1 NIÖRO

2 IREKUTI

CASA L - 2 familias - 15 pessoas

1 AKRÜANTÜRÖ

2 BEP KROKROKTI

CASA M - 2 familias - 9 pessoas

1 KREMAI

2 BEP DJARE

CASA N - 2 familias - 8 pessoas

- 1 ROMA
- 2 BEP-KAROTI

CASA O - 1 familia - 7 pessoas

- 1 KONGORE

CASA P - 2 familias - 11 pessoas

- 1 ABORIDJA
- 2 BEP-I

CASA Q - 2 familias - 17 pessoas

- 1 KABETUM
- 2 NHIUPÖKRE

CASA R - 1 familia - 7 pessoas

- 1 ITACAIUNAS

CASA S - 3 familias - 11 pessoas

- 1 BEMOTI
- 2 BEM-NHÕ
- 3 PIO-PARI

CATETE 1982

NASCIMENTOS POR ANO

	TOTAL	FEM.	MASC.	
1968	13	7	6	
1969	7	3	4	
1970	9	4	5	
1971	7	6	1	
1972	7	5	2	
1973	14	6	8	
1974	11	7	4	
1975	16	11	5	
1976	13	6	7	1 óbito M
1977	17	11	6	
1978	17	9	8	
1979	7	5	2	
1980	13	4	9	1 óbito F
1981	12	5	7	
1982 (julho)	4	2	2	

Desde 1968 - 5 óbitos adultos

10% de óbitos infantis, recém nascidos e nati-mortos especialmente.

GRÁFICO - 4

A ATORO
B KIKRE
C BEBATI
D ANO-URE
E MATIRI
F JOARES
G PIUDJO
H TEPTÕ
I BUATIÊ
J KENPOTI
K NIÏRO
L AKRUANTÛRÕ
M KREMAI
N ROMA
O KONGORE
P BEP-Ï
Q KABETUM
R ITACAIUNAS
S BEMOTI
AT ATUKBE